



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

**MEMÓRIA, MÍDIA E HISTÓRIA: O PERCURSO DE UMA TENSÃO
DA MODERNIDADE AO MUNDO CONTEMPORÂNEO**

LILIANA VITAL BARONI

Rio de Janeiro

2009



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

**MEMÓRIA, MÍDIA E HISTÓRIA: O PERCURSO DE UMA TENSÃO
DA MODERNIDADE AO MUNDO CONTEMPORÂNEO**

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social – Jornalismo.

LILIANA VITAL BARONI

Orientadora: Prfa. Dra. Ieda Tucherman

Rio de Janeiro

2009

FICHA CATALOGRÁFICA

BARONI, Liliana Vital

Memória, mídia, história: o percurso de uma tensão: da Modernidade ao mundo contemporâneo. Rio de Janeiro, 2009

Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação
- ECO

Orientada: Ieda Tucherman

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Memória, mídia e história: o percurso de uma tensão – da Modernidade ao mundo contemporâneo**, elaborada por Liliana Vital Baroni

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Ieda Tucherman
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação – UFRJ
Departamento de Comunicação – UFRJ

Profa. Dra. Janice Caiafa
Doutora em Antropologia pela Cornell University
Departamento de Comunicação - UFRJ

Profa. Dra. Maria Helena Junqueira
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação – UFRJ

Rio de Janeiro

2009

BARONI, Liliana Vital. Memória, mídia e história: o percurso de uma tensão – da Modernidade ao mundo contemporâneo: Orientadora: Ieda Tucherman.

Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

O trabalho teve como foco a análise das continuidades e discontinuidades entre as experiências moderna e contemporânea de memória. A relação entre memória e história se constitui como um dos focos de atenção e tensão na modernidade. Na contemporaneidade, entra em cena um novo ator: a mídia e sua articulação no processo atual de memorização e esquecimento. A fricção entre lembrar e esquecer perpassa a construção cultural e histórica das narrativas pessoais e coletivas, na articulação entre passado e futuro na experiência presente. Os tempos modernos romperam os laços que atavam a experiência à tradição, tornando urgente a reflexão sobre o “presente” e abrindo um novo e múltiplo campo de futuros possíveis. No mundo contemporâneo, a vivência da imediatividade, dos hiperestímulos, da fragmentação e fluidez nas relações sociais, políticas e econômicas e a articulação da memória com o imaginário tecnológico produzem novas formas de experiência, de expectativas de futuro e de construção dos discursos sobre as trajetórias individuais e coletivas. As questões que emergem da relação entre lembrar/esquecer ocupam um lugar significativo na sociedade informacional, transformando-se sob a pressão das novas tecnologias de comunicação, das políticas midiáticas e do consumismo em um mundo em contínua transformação.

À minha família, em especial à minha mãe Luzia Vital não apenas pelo sacrifício empreendido ao longo dos anos para custear meus estudos, mas pelo compartilhamento diário das angústias e alegrias, das frustrações e esperanças;

A todos os meus amigos pelas infindáveis experiências vividas juntos e por todo o apoio e compreensão;

À minha orientadora, Ieda Tucherman, pelos conhecimentos transmitidos em aula e durante o projeto, pela paciência e dedicação; agradeço as palavras de estímulo que foram muito importantes no desenvolvimento desde trabalho.

“O tempo é necessário para que o homem, criatura mortal, seja capaz de se realizar como personalidade. Não estou, porém, pensando no tempo linear, aquele que determina a possibilidade de se fazer alguma coisa e um ato qualquer. O ato é uma decorrência e o que eu estou levando em consideração é a causa que corporifica o homem em sentido moral. (...) O tempo é um estado: a chama em que vive a salamandra da alma humana.”

Andrei Tarkovski. Esculpir o tempo

ÍNDICE

1. Introdução _____	pág.1
2. Modernidade _____	pág.5
2.1. A liberdade radical _____	pág.5
2.2. O espaço e o tempo _____	pág.8
2.3. O culto profano da memória _____	pág.10
3. Memória e percepção _____	pág.13
3.1. A atenção como problema _____	pág.13
3.2. Bergson e a memória _____	pág.19
4. Memória, identidade e mídia _____	pág.26
4.1. Memória e identidade _____	pág.26
4.2. Memória e história _____	pág.27
4.3. Mídia e memória _____	pág.30
5. Contemporaneidade e a “síndrome de memória” _____	pág.38
5.1. Mobilidade e poder _____	pág.38
5.2. Temporalidade e memória _____	pág.43
5.3. A obsessão pela memória _____	pág.46
6. Conclusão _____	pág.50
7. Bibliografia	

1. Introdução

Este trabalho tem como objetivo explorar o tema da memória social no seu percurso histórico da Modernidade ao mundo contemporâneo destacando a importância da mídia na construção e negociação da memória coletiva nacional e global. A formação e a transmissão das experiências pessoais e coletivas sofreram importantes deslocamentos ao longo das transformações ocorridas entre um mundo cujas identidades estavam atreladas às instituições da comunidade imaginada nacional para um mundo no qual as redes fluidas do ambiente virtual global se constituem como um espaço fundamental para as interações sociais no mundo contemporâneo.

A nossa condição de apreender a existência é inseparável de uma reflexão sobre as experiências passadas, pois são elas que nos apresentam os critérios para avaliar nossas ações e que fornecem um sentido de continuidade e narrativa às trajetórias de vida no transcorrer do tempo. Assim, pesquisas acerca dos modos como as sociedades ocidentais lembram e esquecem seus acontecimentos e tecem suas narrativas historicamente são relevantes para uma compreensão mais densa sobre as experiências presentes, na sua relação com o passado e com as expectativas de futuro.

A reflexão sobre memória e percepção se dá em contextos sociais e históricos específicos e se relaciona com os campos de saberes desenvolvidos no seio da cultura. Na tradição filosófica clássica a memória estava relacionada à noção de experiência interior e ao imaginário. Ela era definida pelos termos *mnèmè* e *anamnèsis*. (RICOEUR *apud* GAGNEBIN, pág. 65, 2009). O primeiro correspondia à imagem mnêmica, à lembrança espontânea, involuntária e o segundo significava a atividade consciente de recordação. A memória visaria o passado construído e transmitido por imagens e representações na sua relação com o imaginário o que trazia desconfiança sobre os saberes produzidos pela lembrança. O esforço empreendido no resgate do passado era para diminuir a precariedade da memória, distinguindo a lembrança imagética da atividade intelectual de recordar e submetendo o fluxo desordenado das primeiras ao controle racional.

No racionalismo filosófico-científico moderno desenvolvido por pensadores como Leibniz, Descartes e Spinoza acreditava-se que o homem racional tinha o total controle de suas emoções pela atividade consciente da razão. O modelo cartesiano de percepção pressupunha uma dicotomia entre sujeito e mundo exterior, assim, para se apreender o universo era necessário isolar os objetos e analisá-los objetivamente pela

razão. Na passagem do século XIX para o século XX o conceito de memória e percepção muda dentro de um contexto no qual a atenção é considerada fluida e fugidia, ao invés de fixa e estável e a temporalidade do corpo e sua instabilidade própria tornam-se essenciais para apreender a realidade. As reflexões de Freud e Bergson acerca da memória e do inconsciente denotaram um deslocamento agudo de uma racionalidade cartesiana para a reflexão sobre a importância das lembranças inconscientes que afetam as atividades dos indivíduos. Neste contexto Bergson (BERGSON, 2006) afirma que os estados psicológicos passados têm uma existência real mesmo que inconscientemente e que o homem usa no seu movimento no espaço a totalidade da sua experiência vivida, ligando continuamente as impressões passadas à percepção presente.

A memória como construção contingente e instável dos discursos acerca das trajetórias de vida pessoais e coletivas é inseparável da questão da memorização e do esquecimento. Lembrar e esquecer se relacionam intimamente, portanto a concepção de memória não pertence apenas ao campo da atividade consciente de recordação, mas ao do inconsciente, do recalque e do trauma. A rememoração social constitui-se como uma rede discursiva complexa que envolve história, política, psicologia, ritos, mitos, instituições, crenças, valores, ou seja, os aspectos culturais na sua relação no tempo/espaço. A memória não possui uma essência atemporal e imutável; ela é um processo dinâmico que se dá no corpo social, estando sujeita a constantes reconstruções a partir das experiências presentes e das perspectivas de futuro.

Os acontecimentos sociais são constituídos por fatores lingüísticos e extralingüísticos que se entrelaçam, porém nunca coincidem por inteiro. Toda evento sempre extrapola o que sua articulação lingüística consegue transmitir, no entanto isto só pode ser percebido por meio da linguagem. Na questão da memória coletiva constitui-se como experiência, no sentido benjaminiano do termo, aquilo que foi vivido e que pode ser comunicado, partilhado e transmitido. A experiência se refere ao sentido que uma coletividade é capaz de conferir e de extrair do passado vinculando o patrimônio cultural à vida dos indivíduos através do compartilhamento dessas experiências. Assim como todo ato de linguagem, a memória como dimensão comunicativa só se completa na relação com o outro no meio social.

As nossas lembranças fruto da experiência de “estar no mundo” se constituem como um fio condutor entre presente e passado, fornecendo um sentido imaginário de continuidade no tempo, de conservação e permanência em uma desenrolar que leva ao fim de todas as coisas. Nesta tensão entre memória e esquecimento o passado é

continuamente revisado pela crítica do presente sendo, então, seus significados reformulados, seus eventos iluminados ou lançados à opacidade histórica no imaginário social global e nacional.

Há um diálogo seletivo e em permanente transformação entre presente, passado e futuro na sociedade e a mídia representa um espaço central de debate, confronto, conciliação e negociação das identidades e da memória nacional e global. O advento do capitalismo editorial no século XVIII foi importante para o enraizamento do conceito moderno de nação, de pertencimento a uma comunidade política imaginada e para uma nova forma de produção e transmissão coletiva da memória social como apontado por Benedict Anderson. (ANDERSON, 2006)

O desenvolvimento dos meios de comunicação e a introdução de novas tecnologias na criação, produção e circulação de informação transformaram as possibilidades de interação entre os indivíduos e dos modos de partilhar essas experiências em um mundo cada vez mais globalizado. Na contemporaneidade, as tecnologias digitais e a mobilidade instantânea no ciberespaço possibilitam novas formas de sociabilidade e colocaram à disposição dos indivíduos uma infinidade de materiais simbólicos provenientes das mais diversas e distantes localidades do globo. Em uma temporalidade fruída na sua aceleração ininterrupta que encurta a duração do presente e precipita o porvir, as experiências se modificam assim como a relação com o passado na formação da memória coletiva.

Deste modo, a proposta deste trabalho é analisar as possíveis continuidades e discontinuidades entre os modos de lembrar e esquecer relacionados às experiências moderna e contemporânea do tempo histórico levando em consideração a relevância da mídia na contínua construção das memórias coletivas. Considerando-se este tema como multidisciplinar, em seu desenvolvimento procurou-se estabelecer uma interseção entre conhecimentos de diferentes campos das áreas humanas como sociologia, teoria da comunicação, antropologia, psicanálise, política e história. A metodologia utilizada no trabalho foi a pesquisa e consulta de livros, revistas e artigos sobre o tema específico da memória e de campos teóricos a ele relacionados como os acima expostos.

O trabalho foi organizado em quatro capítulos. No capítulo 1 foi explorado o tema da Modernidade como uma ruptura radical em relação à tradição no que se refere à concepção de liberdade humana com o abandono do referencial de eternidade religioso e à experiência do tempo e do espaço com a racionalização de ambos nos ritmos acelerados da experiência urbana em plena expansão capitalista. Também foi discutida a

relação complexa nos tempos modernos entre a superação do passado e o desejo de acúmulo de memória.

No capítulo 2 foi desenvolvida a análise do contexto social do final do século XIX e início do século XX no qual foi operado um deslocamento do conceito de percepção como relação objetiva entre o observador e objeto de investigação para uma percepção que se inscrevia no corpo do indivíduo tendo implicações sobre a conceitualização de memória. As contribuições do filósofo Henri Bergson sobre a relação entre matéria e memória, percepção consciente e lembranças inconscientes foram expostas com destaque neste capítulo.

No capítulo 3 foi desenvolvido o conceito de memória social como construção social e histórica dos discursos e identidades coletivas. Também foram analisadas as relações entre memória e história tendo como base a definição de tempo histórico como espaço de experiência e horizonte de expectativas proposta por Koselleck. (KOSELLECK, 2006) e entre mídia e identidade no contexto da formação das comunidades políticas nacionais modernas e na contemporaneidade.

No capítulo 4 foram destacadas a dinâmica contemporânea de tempo/espaço que se caracteriza como superação das territorialidades em prol de uma mobilidade fluida e acelerada e as implicações dessa dinâmica sobre o modo como os indivíduos experimentam seu presente e se conectam ao passado em meio ao imaginário tecnológico no que Andreas Huyssen (HUYSSSEN, 2000) chamou de “síndrome de memória”.

2. Modernidade

Nos dois primeiros tópicos deste capítulo foram explorados dois eixos de ruptura fundamentais da Modernidade com a tradição medieval sendo eles a constituição de uma autoconsciência histórica dos sujeitos que fundou o presente como problema para o homem moderno e a separação do tempo e do espaço que possibilitou uma independência de ambos em relação à localidade. No terceiro e último tópico o enfoque foi a relação da Modernidade com a memória.

2.1. A liberdade radical

A Modernidade inaugura uma reconfiguração da experiência de tempo humana com o abandono do referencial de eternidade das sociedades tradicionais. O homem moderno teve de lidar com a idéia de sua finitude radical, de constituir-se como um “ser para a morte”, o que implica em um “ser no mundo” em termos heideggerianos. Assim, pensar o presente, as escolhas e decisões acerca da vida terrena tornam-se centrais em uma esfera de tensão entre coletivo e singular, entre indivíduo e sociedade.

A liberdade constituiu-se um problema ético radical para o homem moderno com a perda da referência moral religiosa que organizava todos os setores da vida na Idade Média. A reflexão sobre a própria condição humana era essencial, ou seja, a problematização da consistência ontológica do homem frente à instabilidade do tempo. Apartado do absoluto transcendental em um tempo experimentado como transição entre os deuses que se foram e os que ainda deveriam chegar, o indivíduo moderno esteve desamparado entre as certezas perdidas do passado e as incertezas de um presente em contínua mudança. As experiências passadas não forneciam mais uma base de sustentação para as experiências presentes fruídas na sua transitoriedade e a partir das quais se produziam sempre novas expectativas de futuro.

O espírito moderno extraiu de si próprio sua normatividade através de sucessivas revoluções que rompiam a fixidez do mundo tradicional. O homem esclarecido, capaz de consciência e ação buscou dissolver os mitos e as superstições, tomando para si a tarefa de iluminar os espaços outrora ocultos e sombrios da Idade Média. A obstinação em romper os laços que atavam à tradição passa a permear as trajetórias de vida na fé moderna no progresso como percurso irremediável da história universal ancorada na

racionalidade instrumental, na relação de cálculo entre meios e fins para conhecer, planejar e controlar a natureza e a organização social da multiplicidade urbana.

A produção negativa do tempo religioso na sociedade medieval pautava-se pela espera do incontornável fim dos tempos. Enquanto os acontecimentos históricos eram apenas símbolos da chegada do Juízo Final, nada de fundamentalmente novo poderia ocorrer. Cada evento que se seguia era narrado e acrescentado à tradição sem que essa novidade representasse uma mudança radical na experiência dos indivíduos. Na Europa medieval majoritariamente agrária, submetida aos desígnios da natureza e da divindade, tudo mudava para permanecer como era, assim, as experiências se constituíam como tradição a partir da qual o futuro podia ser previsto.

Na produção positiva do tempo na Modernidade, a perfeição que antes só poderia ser alcançada na vida celeste tornou-se possível de ser realizada pela ação humana o que significou a abertura de campos inéditos de futuro passíveis de um mapeamento racional. Desenvolveu-se assim, a lógica do humano, centrada nas suas potencialidades e limitações. A vida do indivíduo moderno ex-cêntrico passou a ser considerada como um processo histórico e social cuja organização supôs a maneira de pensar a inexorabilidade da morte a partir de princípios de administração da vida e de escolhas de morte, daquilo que pode e deve ser sacrificado em prol da organização racional do espaço e do tempo.

O filósofo Kant, nas suas reflexões acerca do Iluminismo e da Revolução Francesa formulou segundo Foucault (FOUCAULT, 1984) as interrogações críticas que acompanham a filosofia moderna desde o século XVIII: “qual é a nossa atualidade?”, “qual o campo atual das experiências possíveis?”. Kant propôs, assim, a reflexão sobre a sua pertinência como ator social ao presente e não a uma tradição, a uma doutrina estabelecida. Os filósofos iluministas problematizaram a sua atualidade, colocando-a como questão fundamental a ser discutida pelo pensamento filosófico moderno.

A filosofia passou a interrogar não só o presente, buscando dar sentido às experiências modernas, mas também refletiu sobre sua própria atualidade discursiva, sobre seu posicionamento frente à realidade, especificando os modos de ação que era capaz de exercer. Deste modo, ela caracterizou-se como “discurso da modernidade e sobre a modernidade” como afirma Foucault (IBIDEM, pág. 105).

O Iluminismo, segundo o autor foi um processo cultural que tomou consciência de si, se autodenominando por esse termo. Ele formulou seu próprio preceito, situando-se com relação ao seu passado, este pensado como integrante da história geral da razão e

com relação ao seu presente, à sua situação histórica dentro da qual ele tinha um papel importante a desempenhar. Assim:

(...) a “Aufklärung” ao mesmo tempo em que é acontecimento singular inaugurando a modernidade européia e que processo permanente que se manifesta na história da razão, no desenvolvimento e instauração das formas de racionalidade e de técnica, a autonomia e a autoridade do saber, não é simplesmente para nós um episódio na história das idéias. Ela é uma questão filosófica, inscrita desde o século XVIII, em nosso pensamento (FOUCAULT, 1984, pág. 111).

Na modernidade, o que define toda a ação humana é a reflexividade em torno das ações introduzida na base de reprodução do sistema. A revisão da convenção é radicalizada para se aplicar a todos os aspectos da vida humana. (GIDDENS, 1991) Nas culturas tradicionais o passado e os símbolos eram valorizados como parte da tradição, perpetuando-a ao longo do tempo. A tradição era um modo de organizar o tempo e o espaço, inserindo-se as experiências dentro de uma continuidade entre passado, presente e futuro. Na reflexividade da vida moderna, o conhecimento não era mais autenticado pela tradição, pois a dinâmica empreendida consistia no exame contínuo das práticas sociais através do saber, alterando-se, assim, o seu caráter constitutivo.

Na passagem das sociedades tradicionais para as modernas, o futuro deixou de significar o fim dos tempos recaindo sobre ele prognósticos racionais, cálculos políticos e a filosofia da história que substituíram as profecias religiosas medievais. (KOSELLECK, 2006). Em um tempo sempre inédito, as possibilidades de futuro foram circunscritas dentro de um cálculo de probabilidades, assim, as decisões sobre o que fazer eram conscientemente políticas e supunham um planejamento do tempo, uma organização do presente através de uma previsão mais precisa possível dos acontecimentos futuros a fim de minimizar os males e maximizar os benefícios. O homem moderno, portanto preocupou-se com o custo da vida no plano coletivo e individual, com a distribuição da população e dos recursos no espaço e com o investimento ou desinvestimento na alocação de bens escassos para demandas infinitas.

2.2. O espaço e o tempo

A Modernidade como organização política, social, cultural e econômica experimentou o tempo sempre no seu ineditismo, assim, o presente significou o desafio de assimilar cada vez mais rápido novas experiências em um período de tempo cada vez mais enxuto em meio às transformações técnicas e industriais. O tempo moderno foi vivido como um tempo de transição, desejava de um futuro que trazia consigo algo ainda mais novo ao mesmo tempo em que era intenso o ritmo pelo qual o presente se diferenciava do passado.

Em um cenário de racionalização do tempo e do espaço segundo as necessidades de produção e circulação de pessoas e mercadorias, o ritmo extremo das mudanças garantia o dinamismo moderno, tornando cada vez mais breves os prazos para assimilar essas transformações. A velocidade do processo industrial que transformava uma matéria-prima em múltiplas coisas derivadas dentro de uma cadeia de trabalho racionalizado tornava, por exemplo, a identidade estável das coisas incerta.

Na sociedade medieval as inovações técnicas eram incorporadas ao cotidiano com muita lentidão, por isso não constituíam uma ruptura com o modelo de vida vigente. As expectativas do mundo camponês e artesão eram totalmente sustentadas pelas experiências passadas, estas transmitidas como tradição. O progresso técnico-científico acelerou os ritmos da vida conscientemente vivida como moderna cuja economia era centrada na produção fabril, na medição do valor das mercadorias pelo tempo de trabalho socialmente despendido para a sua confecção e na circulação e mobilidade dessas mercadorias e de pessoas no espaço urbano.

O surgimento e aplicação de novas técnicas de produção e sistemas de circulação pós-Revolução Industrial transformaram a experiência da vida diária denotando o colapso das experiências anteriores de tempo e espaço pelo crescimento da massa urbana, pela expansão do capitalismo, do tráfego urbano, da distribuição de mercadorias produzidas em massa nas fábricas e de novas tecnologias de transporte e comunicação que diminuiriam sucessivamente as distâncias geográficas.

A ordem social, segundo Giddens (GIDDENS, 1991) é um problema de “distanciamento tempo-espaço”, ou seja, de discernir “as condições nas quais o tempo e o espaço são organizados de forma a vincular presença e ausência”. A partir dessa perspectiva, a modernidade significou uma fundamental transformação da relação espaço/tempo experimentada pela sociedade tradicional. O dinamismo moderno é

oriundo da separação do tempo e do espaço e da sua recombinação em formas que permitem um mapeamento tempo-espacial preciso da vida social. O autor usa a noção de “desencaixe dos sistemas sociais” que é acompanhada de um processo de “ordenação e reordenação reflexiva” das relações sociais devido à introdução do conhecimento e seu conseqüente efeito sobre as ações dos indivíduos.

A separação entre espaço e tempo é central para o dinamismo da Modernidade. O espaço de oposições e hierarquizações medieval entre lugares sagrados/lugares profanos; lugares protegidos/lugares abertos; lugares urbanos/lugares rurais; lugar celeste/lugar terrestre era um espaço de localização. (FOUCAULT, 2009). Nas sociedades tradicionais nas quais a presença era necessária para o desenvolvimento das atividades, o espaço e o tempo coincidiam. Já na modernidade as relações se dão entre “outros ausentes”, entre indivíduos distantes uns dos outros no espaço. Os locais passam, assim, a serem penetrados e estruturados por influências sociais distantes, pois a interconexão entre diversas localidades do globo dissipava virtualmente as transformações sociais.

Enquanto nas culturas pré-modernas o cálculo do tempo era impreciso e estava vinculado ao lugar, a padronização universal da medida do tempo pelos relógios mecânicos e calendários significou uma uniformidade na organização social do tempo. O esvaziamento do tempo foi uma pré-condição para o esvaziamento do espaço através de padrões universais de conhecimento como a cartografia, pois a coordenação através do tempo é a base do controle do espaço.

Esse desencaixe entre tempo e espaço, segundo Giddens (GIDDENS, 1991) significou um deslocamento das relações sociais de uma localidade de interação para uma reestruturação através de extensões indefinidas de tempo/espaço. Ele destaca dois tipos de mecanismos de desencaixe nos processos sociais modernos: as fichas simbólicas e os sistemas peritos. Ficha simbólica é um meio de intercâmbio que pode ser circulado universalmente, como o dinheiro; meio de troca este que permite trocar qualquer coisa por outra qualquer e que não reconhece o valor qualitativo dos bens e serviços, padronizando-o de modo impessoal, sendo ele mesmo uma mercadoria. O dinheiro permite ao proprietário e à sua posse existirem afastados um do outro. Os sistemas peritos são sistemas de excelência técnica ou competências profissionais que organizam o ambiente social e material. Eles fornecem garantia de expectativas na fé na autenticidade dos conhecimentos neles presentes e compartilhados.

2.3. O culto profano da memória

Viver conscientemente na Modernidade significava lidar com a instabilidade, acompanhar os ritmos velozes que ela imprimia à vida em busca da transformação constante da realidade e de expectativas renovadas de futuro. Ser moderno era:

experimentar a existência pessoal e social como um torvelinho, ver o mundo e a si próprio em perpétua desintegração e renovação, agitação e angústia, ambigüidade e contradição: é ser parte de um universo em que tudo que é sólido se desmancha no ar. (BERMAN, 1986, pág. 328).

Na transformação do tempo em grandeza econômica devendo ser poupado em uma sociedade voltada para a rápida produção e circulação de mercadorias, a memória social, os modos de lembrar e esquecer, de compartilhar e transmitir a experiência coletiva também se modificaram. O desenvolvimento capitalista e técnico rompeu com o tempo distendido das formas comunitárias de vida, de lembrança e narração baseadas em uma longa tradição de memória oral e popular. A memória social na Modernidade passou a associar-se à formação das comunidades políticas imaginadas dos Estados-Nação e ao enraizamento das identidades coletivas nacionais. A fundação mítica da nação criava o primeiro passado nacional, raízes culturais e tradições que diferenciavam as culturas européias umas das outras e das culturas não européias.

Os tempos modernos apresentaram uma ambigüidade intrínseca no seu desejo de permanência e de destruição. A modernidade pressupunha um esforço permanente de ultrapassar ou eliminar o passado para fundar o presente e planejar o futuro no mito do progresso permanente, mas, simultaneamente ela vivia uma “febre histórica” na constituição das memórias nacionais como afirma Andreas Huyssen (HUYSSSEN, 2004). No século XIX, as construções arquitetônicas nos espaços públicos como os obeliscos, museus, memoriais e monumentos respondiam às necessidades políticas de legitimidade do Estado Nacional burguês pós-revolucionário em acelerada modernização, industrialização e expansão colonial.

O desejo do monumental na modernidade foi sempre uma busca pelas origens. (HOLLIER *apud* HUYSSSEN, 2004, pág. 53). O reconhecimento do transitório, do provisório e do efêmero como centrais nos tempos modernos teria gerado segundo

Huyssen (IBIDEM) o desejo de uma monumentalidade durável, assim, esta monumentalidade como categoria estética e política estava atrelada ao grandioso e ao impressionante trazendo apelos de estabilidade, de permanência e eternidade em meio à aceleração dos tempos modernos que superaram as certezas religiosas pelas revoluções política, econômica e industrial.

A modernidade ao mesmo tempo em que se pautou pela antecipação do futuro, criou novas tecnologias de memória como a fotografia e lugares de memória como os museus e as bibliotecas. Foucault (FOUCAULT, 2009) aplica seu conceito de heterotopia na análise da proliferação de museus e bibliotecas na sociedade ocidental do século XIX caracterizando-os como heterotopias do tempo que se acumula infinitamente. Diz o autor:

(...) a idéia de tudo acumular, a idéia de constituir uma espécie de arquivo geral, a vontade de encerrar em um lugar todos os tempos, todas as épocas, todas as formas, todos os gostos, a idéia de constituir um lugar de todos os tempos que esteja ele próprio fora do tempo, e inacessível a sua agressão, o projeto de organizar assim uma espécie de acumulação perpétua e infinita do tempo em um lugar que não mudaria, pois em, tudo isso pertence à nossa modernidade. (FOUCAULT, 2009, pág. 419)

A fotografia como uma tecnologia de memória moderna pode ser pensada como uma busca de “extrair o eterno do transitório” como disse Baudelaire sobre o espírito da modernidade. (BAUDELAIRE, 1996, pág. 24). Essa técnica assim como outras tantas evidências documentais modernas como as certidões de nascimento, cartas, registros médicos, policiais marcam uma continuidade aparente baseada no conceito de “identidade” como algo que ao mesmo tempo em que podia ser fixado e reconhecido através de tecnologias avançadas também era transitório, se transformando, se reconfigurando no seu próprio deslocamento temporal/espacial.

O papel da comercialização de fotografias fixas (cartão-postal e estereoscópio) foi fundamental na “remodelação de todo um território no qual sinais e imagens, efetivamente apartados de um referente, circulam e proliferam” (CRAY *apud* GUNNING, 2001, pág. 42). A fotografia na sua natureza descartável de imagem vincula-se a seu referente tendo a capacidade de mobilidade, de circular separadamente

que esse referente não possui. Gunning (IBIDEM) aponta que a fotografia, assim como a circulação moderna da moeda, aboliu as barreiras de espaço e transformou objetos em simulacros transportáveis. Assim, as materialidades fixas e sólidas fragmentaram-se e fluíram pelas redes modernas de troca e transporte, sendo o próprio corpo uma imagem transportável e adaptável a esses sistemas de circulação e mobilidade modernos. Ilustrando o significado da fotografia e da sua inovação tecnológica, Benjamin afirma que “(...) a fotografia tornou possível pela primeira vez preservar traços permanentes e inequívocos de um ser humano”. (BENJAMIN *apud* GUNNING, 2001, pág. 48)

As imagens fotográficas, como tecnologia de semelhança direta com seu referente sendo, portanto ícone e evidência foram passíveis de separação e indexação inserindo-se no novo discurso de poder e controle. Os sistemas de poder foram capazes de canalizar a técnica para a disciplinarização do corpo por meio da vigilância. A fotografia possibilitou um meio de se apoderar do corpo e o domínio dessa tecnologia foi acompanhado de novos sistemas de saber classificatórios que decodificavam a informação da imagem. Na criminologia e na ficção policial ela foi usada pela sua capacidade de capturar a evidência de um crime para determinar a identidade de criminosos dentro de um sistema racionalizado de dados, a um arquivo de informações. A técnica de identificação facilitou o rastreamento da mobilidade do indivíduo no ambiente moderno de intensa circulação para imputar-lhe responsabilidade no sistema criminal.

No campo da estética, o diálogo dos modernistas com o passado era permanente; desta relação eles ganhavam movimento, recriavam o passado à medida que recriavam a realidade e a si mesmos. As vanguardas artísticas européias do final do século XIX e início do XX como aponta Nicolau Sevcenko (SEVCENKO, 1995) eram a expressão do espírito moderno que desde o Renascimento e o Iluminismo se esforçou para romper o cânones rígidos nas belas artes, para superar a herança socrática e seus princípios de razão, verdade e beleza nas artes, se opondo à visão homogênea e coerente das representações metafísicas da realidade. Ser modernista como Berman afirma (BERMAN, 1986) era sentir-se de algum modo acostumado ao redemoinho, acompanhar o seu ritmo em busca de novas formas de realidade, de beleza e liberdade. A arte moderna, na multiplicidade das suas experiências artísticas radicalizou a experiência da liberdade criativa e apostou na emancipação do homem através da razão e da técnica, “uma utopia da igualdade perfeita, produzida pela razão, governada pela técnica e desfrutada pela arte”. (SEVCENKO, 1995, pág. 36)

3. Memória e percepção

No primeiro tópico deste capítulo são exploradas a questão da mudança na segunda metade do século XIX da forma como a percepção era socialmente compreendida e a da emergência dos estudos sobre atenção e memória em meio às novas modulações do sistema capitalista. O segundo tópico destaca a teoria bergsoniana de memória.

3.1. A atenção como problema

A urbanização e a complexidade das metrópoles modernas provocaram um “desenraizamento do homem”, pois as experiências passadas não ofereciam mais suporte à apreensão de um mundo cujos ritmos de mudanças eram intensos. Imerso em fluxo ininterrupto de produção e circulação de signos e mercadorias no processo industrial e na mobilidade urbana e informacional, o indivíduo sofreu um deslocamento radical da sua relação tempo/espço. Houve um encurtamento da percepção temporal relacionado à necessidade de se lidar com uma proliferação de novidades que se tornavam rapidamente obsoletas na lógica de consumo capitalista. A vivência em meio aos excessos de estímulos modificou a percepção dos indivíduos que teve, assim, de se adaptar à fragmentação e à descontinuidade da experiência moderna. A metrópole, portanto significou um contraste agudo com a vida das cidades pequenas e rurais nas quais os ritmos de vida e os conjuntos sensoriais fluíam mais lentamente, de modo mais habitual e uniforme. (ZIMMEL, 1973)

A vivência do choque segundo Benjamin (BENJAMIN *apud* PALHARES, 2009) predominava na experiência do indivíduo moderno ao fruir da vida urbana, ao transitar na multidão das cidades, ao dispor dos novos meios de transportes e das novas tecnologias de comunicação, ao seguir o ritmo da máquina no trabalho fabril. A sucessão de objetos e imagens no cotidiano moderno, a exposição crescente a diferentes estímulos não permitia um comportamento contemplativo, mas uma atenção incessante da consciência que vivenciava e armazenava o choque. A visão na Modernidade era sempre múltipla e em interface com uma variedade de excitações em uma temporalidade fluida e rápida, diferente daquela dos modelos clássicos e estáveis de visão. No século XIX, esse antigo regime de visão se torna incompatível com a

experiência de mobilidade moderna onde os signos são cada vez mais móveis e com identidades exclusivamente ópticas.

Neste período histórico, a articulação entre discursos e práticas institucionais engendrou a docilização dos corpos a fim de adequá-los às demandas do intenso desenvolvimento capitalista na indústria, comércio, transportes e comunicação. Foucault (FOUCAULT, 1980) aponta que em meio à complexidade da vida urbana, à explosão demográfica e ao crescimento do capitalismo surgiram como emergência histórica, novos mecanismos de controle e administração da vida, de disciplina e controle da população. O frenesi da vida moderna exigia a organização da multiplicidade urbana e da atenção dos indivíduos para elevar sua produtividade no fluxo acelerado de produção e circulação capitalistas, produzindo-se, assim, novas subjetividades.

O domínio da vida, a análise de seus processos por discursos e técnicas de saber e poder se deu sob dois aspectos sendo eles: a anátomopolítica do corpo humano e a biopolítica. No primeiro, o poder é centrado no corpo-máquina, no seu adestramento, no investimento na sua potencialidade útil, integrando-o a sistemas de controle eficazes e econômicos, a procedimentos disciplinares. Já no segundo, o poder é voltado para o corpo-espécie, suporte de processos biológicos como a natalidade, a mortalidade etc. e, portanto, preocupa-se com o controle da população na complexidade do tecido urbano.

O biopoder em seus múltiplos mecanismos e formas foi indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, pois garantiu a inserção dos corpos no aparelho de produção e ajustou a população aos processos econômicos amparado em técnicas de controle e subjetivação. O gerenciamento dos indivíduos e da população ancorou-se na disseminação e acumulação de conhecimento sobre eles, na fixação das normas e estatísticas do que seria o comportamento normal e conseqüentemente, do que seria o desviante, o patológico.

A partir da segunda metade do século XIX, simultânea ao surgimento de novas modulações no sistema capitalista houve uma significativa mudança epistemológica no que se refere à percepção humana, na forma como ela era compreendida e explorada nas diferentes práticas sociais e instituições. O novo regime de visão que emergiu por volta de 1820 redefiniu a concepção do sujeito observador e tinha por base novas relações com o corpo em uma reorganização produtiva, institucional, discursiva e epistemológica da sociedade oitocentista.

A visão humana passou a ser um objeto de conhecimento e observação científica. Deste modo, tanto aquele que observa quanto “o que” ele observa eram

passíveis de novas técnicas de análise. Delineava-se, então um campo profícuo para a discussão epistemológica em torno da fisiologia do corpo, dos seus sistemas orgânicos e mecânicos. A produção dos saberes científicos e filosóficos oitocentistas debruçou-se sobre o estudo da “atenção”, a fim de definir o que seria o padrão “normal” de visão, suas regras e parâmetros e conseqüentemente, definindo e tornando preocupante a visão “defeituosa”.

No entanto, a “atenção” não estava apenas relacionada ao campo da visibilidade, mas era percebida como “um *continuum* em que estão incluídos outros estados perceptivos, como o devaneio, a distração, o transe ou a hipnose”. (SAINT CLAIR, 2007, pág. 46) A atenção passa a ser essencialmente fluida e fugidia ao invés de fixa e estável. Ela significava um desprendimento de um campo de estímulos maior em prol do foco em um campo menor, ou seja, a capacidade relativa do indivíduo em centrar-se em certos aspectos do seu campo sensorial, em detrimento de outros, necessária à ordenação e produção nas sociedades capitalistas.

Para desempenhar as novas tarefas produtivas capitalistas era necessária uma atenção crescente, assim, ao mesmo tempo em que o observador se libertava da dicotomia interior/exterior simbolizada pela câmara escura para uma percepção subjetiva e transitória do mundo surgiam técnicas e saberes disciplinares que buscavam “adestrar” a atenção e o corpo, gerenciá-los para aumentar sua produtividade e prevenir distrações no contexto da modernização capitalista. Desenvolve-se a partir desse período, uma pedagogia da percepção, o estudo da atenção, da distração e da memória em meio à expansão das forças produtivas, à geração contínua de novas necessidades, de novos bens em uma complexa e contínua circulação na sociedade capitalista ocidental.

A percepção do homem, a forma como ele a define e apreende o mundo exterior é engendrada historicamente. A representação do corpo e a própria concepção de corpo estão entrelaçadas na complexidade do período histórico ao qual pertencem. Assim, a construção do corpo como objeto teórico se deu na passagem do século XIX para o século XXI, pois:

(...) não foi não foi desde sempre que o corpo ocupou um lugar de atenção no pensamento ocidental: podemos dizer que o que sempre tivemos foram sangue, ossos, nervos e carne, o que não nos dotava necessariamente de um corpo. Que estes

elementos tenham sido integrados numa unidade, que ela tenha percorrido poderes e saberes diversos, funcionando para classificar, incluir e excluir, rejeitar e transformar, exibir e esconder faz parte, talvez, da nossa mais radical historicidade. E de um modelo especialmente ocidental de experimentar nossa presença no mundo. Não podemos tomá-lo como universal ou como eterno: ele integra e depende dos dispositivos e suas produções, suas possibilidades de visibilidade e suas condições de enunciação. (TUCHERMAN; SAINT CLAIR, 2008, pág. 7)

A percepção, segundo Jonathan Crary (CRARY, 1992) está relacionada à questão do observador como produto histórico sobre o qual incidem práticas, técnicas e instituições. Tanto o sujeito observador, como a técnica e os modelos de conhecimento são históricos e culturais, portanto pertencem a uma rede de significado, a uma ordem discursiva que corresponde a um período determinado. Como Foucault (FOUCAULT *apud* SAINT CLAIR; TUCHERMAN, 2008) aponta no seu conceito de dispositivo as tecnologias fazem parte de uma rede heterogênea de discursos, instituições, saberes filosóficos, científicos, leis dentre outros que se influenciam mutuamente e compõem uma rede desequilibrada e móvel na qual seus elementos heterogêneos estão em conflito constante entre si.

Esse conceito, portanto desconsidera as tecnologias como meros aparatos técnicos que provocam efeitos na sociedade, ou seja, se afasta de um determinismo tecnológico. As tecnologias na sua função estratégica dominante que é a de responder a uma emergência histórica “seriam *mais um* elemento de uma rede complexa e dinâmica em que operam relações de forças imanentes aos domínios em que são exercidas” (IBIDEM, pág. 4). Elas fazem parte de um conjunto misto de discursos, instituições, saberes, práticas que se atualiza em um determinado momento da história.

Assim, a partir das mudanças sociais e discursivas que permitiram a substituição do modelo de visão clássico pelo moderno, duas técnicas ópticas são tomadas por Crary (CRARY, 1992) como referência epistemológica: a câmara escura dos séculos XVII e XVIII e o estereoscópio do século XIX. Ambas não são meros instrumentos, mas encontram-se articulados com os conhecimentos e domínios que circulavam na sociedade do século XIX. Nesta perspectiva, as técnicas da câmara escura e do

estetoscópio são paradigmas de formas de saber e poder presentes nos seus respectivos contextos históricos e sociais.

A câmara escura é o paradigma de uma visualidade cartesiana, baseada na observação impessoal enquanto o estereoscópio representa um modelo de visão subjetiva sediada no corpo. No regime de percepção do início da modernidade o homem era apenas testemunha da sua relação com a máquina; a apreensão do mundo se dava somente pelo intelecto, à revelia do corpo, pois este era o lugar do engano, do erro que distorcia pela influência dos sentidos a realidade universal.

O modelo epistemológico da câmara escura era a expressão da crença em um universo estável, regido por leis matemáticas universais e absolutas as quais o homem devia inspecionar através da razão. Já no início do século XIX, a mimética do corpo toma este como *locus* de percepção e conhecimento. Assim, na transição para o regime de visibilidade moderno a subjetividade da visão e a mobilidade do corpo tornaram-se centrais, opondo-se, portanto ao modelo anterior da câmara escura no qual a visão estava atrelada a esse referente fixo e estável.

A câmara escura foi utilizada tanto como entretenimento popular quanto na investigação científica, filosófica e artística. Mais do que um simples aparato óptico, ela representou um modelo de visão no qual o sujeito da observação era isolado, na câmara, do mundo exterior que ele observava. A imagem separava-se do objeto e a visão era descorporificada, ou seja, “ver” significava testemunhar objetivamente e mecanicamente a representação do meio externo, cujas leis são universais e perenes. A razão incidia sobre o que era projetado e representado ordenadamente na câmara escura, revelando o mundo de verdades universais. Na câmara escura, o observador administra, controla a relação entre o mundo e sua representação, isolando as variáveis que possam afetar o fenômeno da percepção racional. É através da razão que o homem deveria perceber o mundo e não através dos sentidos e do corpo que alteram a realidade objetiva.

No início do século XIX, a câmara escura é abandonada como lugar de produção de verdade e o estereoscópio surge como o novo modelo de visibilidade. (CRARY *apud* SAINT CLAIR, 2007). A vivência da provisoriedade e da instabilidade na sociedade da segunda metade do século XIX foi essencial para o questionamento da noção de estabilidade cujo paradigma era a câmara escura. No estereoscópio, duas imagens semelhantes, uma ao lado da outra se fundem em uma só ao serem observadas através de suas lentes, o que produz um efeito de profundidade, de sucessivos planos na

imagem produzida, diferente do que ocorre no modelo de projeção da câmara escura. O efeito imagético do estereoscópio depende da proximidade com o olho do observador variando, portanto de acordo com o ângulo de visão. Assim, a percepção vai se dar no corpo; é nele que ela vai ser investigada pela Modernidade, pois o corpo é o produtor ativo da experiência ótica, sendo o observador o produtor da sua experiência visual.

A produção de Gabriel Tarde acerca da imitação e do contágio é indissociável dos saberes produzidos e disseminados no contexto histórico – epistemológico do final do século XIX, assim como trabalho de 1939, “Matéria e Memória” do filósofo francês Henri Bergson que toma a percepção e a memória como campo de conhecimento e analisa como se dá a interação entre a matéria e o pensamento, entre a imagem-homem e o mundo-imagem.

Gabriel Tarde (TARDE *apud* SAINT CLAIR, 2007) pensou o social como processos de comunicação no qual a imitação é fundamental para a partilha e o contágio de crenças e desejos entre os indivíduos. A imitação é indissociável da memória corporal que sofre um hiperestímulo sensorio-motor na vida metropolitana. A imitação conforma e direciona crenças e desejos, permitindo que os homens essencialmente diferentes possam tornar-se de algum modo semelhantes. Ela constitui uma força micro social de propagação de fluxos de crenças e desejos de um indivíduo a outro na sua experiência múltipla cotidiana. A semelhança entre os indivíduos de uma dada sociedade é adquirida pela repetição de comportamentos, no entanto, ela não elimina a sua heterogeneidade e mesmo a repetição é variada.

É através da comunhão de crenças e desejos que a semelhança é gerada, por um magnetismo que une a multiplicidade de indivíduos em torno de algo em comum. Os indivíduos, portanto, influenciam-se uns aos outros, contagiam-se mutuamente pela sugestão e imitação dessas crenças e desejos. Um indivíduo que tenha uma crença e desejo elevado é capaz de magnetizar outros, de sugerir a reprodução de suas convicções e anseios. Assim, “O homem está permanentemente embriagado pela sugestão social” (SAINT CLAIR, 2007, pág. 50). A imitação pode ser consciente ou inconsciente, no entanto a vontade de imitar é um pressuposto para toda imitação. Ela é, portanto, fonte de todas as repetições sociais e ocorre no contexto micro social, na sugestão de indivíduo para indivíduo.

Para Tarde, esse fenômeno é universal, está presente em todas as sociedades, apesar de ter características diferentes dependendo do seu contexto histórico-social. Na sociedade moderna, há uma convergência do magnetismo vertical, de cima para baixo,

dos líderes para outros cidadãos e do magnetismo horizontal, de indivíduo a indivíduo. A aceleração dos fluxos de informação é essencial para dispersar a imitação para além das fronteiras territoriais e assim permitir a vinculação social à distância.

3.2 – Bergson e a memória

Bergson é o primeiro filósofo a produzir um extenso estudo sobre a memória, como esta se relaciona com a percepção de mundo e quais as implicações desse fenômeno. Na teoria bergsoniana, a relação entre mundo interior e mundo exterior é uma relação entre imagens. O universo é definido como o conjunto das imagens no espaço. Este independe do cérebro, assim, “é o cérebro que faz parte do mundo material e não o mundo material que faz parte do cérebro” (BERGSON, 2006, pág. 13).

No universo, as imagens são relativamente invariáveis, porém são infinitamente variáveis na percepção, pois na consciência todas as imagens são reguladas por uma imagem central que é o corpo. A percepção acontece pela tendência do corpo a se mover no espaço onde cada objeto-imagem solicita a ação do homem. No deslocamento, a imagem-corpo permanece invariável enquanto as outras imagens não param de mudar, por isso ele é o centro ao qual se relacionam todas as imagens externas.

Para Bergson uma imagem por “ser” sem “ser percebida”, sem ser representada. O que separa presença e representação é o intervalo entre a matéria e a percepção consciente que se tem dela. A passagem da matéria para a percepção, da presença à representação é feita por uma diminuição. As imagens do mundo são forçadas a abandonar algo de si mesmas para se converterem em representações. Na realidade objetiva, as imagens da realidade objetiva agem umas sobre as outras com a mesma intensidade; cada imagem é continuada na que a seguem e prolonga a que a precedem. Para se converter em representação, em imagem virtual a imagem real deve se isolar das outras. Operando uma descontinuidade no universo, a percepção transforma a imagem externa em um “quadro” destacado da totalidade. Nesta relação, o corpo, sendo “centro de indeterminação”, se deixa atravessar pelas ações exteriores que lhes são indiferentes enquanto isola outras, que se tornam percepções. No entanto nesse mecanismo, nada de novo é acrescentado à imagem, apenas os objetos abandonam algo da sua ação real para compor sua ação virtual, ou seja, a ação possível do ser vivo sobre eles.

A representação da matéria é a medida da ação possível sobre ela, fruto da eliminação do que não interessa ao ser vivo. A percepção consciente é essa seleção que separa as qualidades que interessam à ação presente, do seu suporte material. Ela se limita àquilo que interessa ao corpo da imagem do todo. Bergson sublinha que as imagens no seu total continuam existindo se o corpo desaparece e ao contrário, as sensações desaparecem se o corpo não existe. É exatamente no objeto exterior que sua imagem é formada, que é percebida pela consciência, portanto não há nunca uma imagem sem objeto. O mundo exterior não é formado por imagens inextensivas vindas da consciência, ele é dado a priori.

Na teoria que o autor desenvolve o corpo, imagem particular do universo está em interação com as outras imagens sendo um centro de ação, pois é afetado pelo meio externo e reage conscientemente. Assim, as afecções surgem do seu movimento no ambiente externo. A sensibilidade indica ao corpo através de sensações as ameaças externas e ele escolhe entre as ações possíveis, a ação apropriada à situação. O corpo, portanto exerce uma influência real sobre as imagens do mundo, sendo a dimensão delas modificada pela proximidade ou afastamento dele. A percepção do mundo é um sistema de imagens que traça no universo as ações virtuais do corpo. Portanto, “(...) consciência significa ação possível” (BERGSON, 2006, pág. 50).

Na percepção, o sistema cerebral é uma parte mínima assim como o sistema nervoso é apenas um condutor que transmite, distribui ou inibe movimento. A função do cérebro é, para Bergson a de uma central telefônica: ele efetua a comunicação entre o estímulo recebido pelos órgãos sensitivos, permitindo que ele atinja livremente qualquer mecanismo motor da medula, podendo assim se prolongar em uma pluralidade de reações possíveis. O ser vivo dispõe, então de uma “zona de indeterminação” no que se refere a sua atividade e nisto consiste a percepção consciente.

A percepção mede a ação possível do homem sobre as coisas e das coisas sobre o homem. Ela exprime uma ação virtual que vai se atualizando à medida que diminui a distancia entre corpo e objeto externo. O meio material é percebido nos objetos exteriores e os estados afetivos são experimentados no corpo. Assim, as sensações são afecções que se localizam no próprio corpo e também são descontínuas. “Não há percepção sem afecção” (BERGSON, 2006, pág. 60), elas se entrelaçam; a afecção se misturando à imagem dos objetos exteriores. O corpo tem essa dupla capacidade de efetuar ações e experimentar afecções. Estas são as modificações que o corpo no seu movimento em meio às imagens.

Sobre a memória, Bergson afirma que não há percepção que não esteja impregnada lembranças. Aos dados imediatos e presentes dos sentidos estão atrelados uma infinidade de detalhes da experiência passada que, então deslocam as percepções reais. Toda percepção tem uma espessura de duração e exige um esforço de memória que prolonga um nos outros uma pluralidade de momentos. As percepções sucessivas não são nunca momentos reais das coisas, mas momentos da consciência. Assim:

(...) a memória sob estas duas formas, enquanto recobre com uma camada de lembranças um fundo de percepção imediata e também enquanto contrai uma multiplicidade de momentos, constitui a principal contribuição da consciência individual na percepção, o lado subjetivo de nosso conhecimento das coisas (...). (BERGSON, 2006, pág. 31)

A escolha da reação às excitações sofridas é pautada pelas imagens passadas conservadas na memória. Elas complementam a experiência presente e a decisão enriquecendo – a com a experiência vivida. A percepção, então não é o simples contato do espírito com o objeto presente, mas é completamente tomada de lembranças – imagens que a completam. A lembrança – imagem participa da lembrança-pura que ela materializa e da percepção na qual tende a se encarnar. A lembrança pura normalmente só se manifesta na imagem consciente que a revela.

Para Bergson a realidade viva é a continuidade do devir onde cada elemento contém algo daquilo que o precede e daquilo que o sucede. O passado é essencialmente virtual, ele se atualiza ao se manifestar em imagem presente. O progresso da lembrança consiste em se materializar, em mover-se do estado de lembrança-pura, para lembrança-imagem e por fim percepção, portanto a lembrança se transforma à medida que se materializa. Só a reconhecemos com lembrança porque ela é ao mesmo tempo um estado presente e algo que se destaca do presente.

Entre passado (lembrança) e presente (percepção) existe mais do que uma diferença de grau onde a lembrança seria um estado fraco de percepção e o presente, um estado forte de percepção. Bergson caracteriza o presente como aquilo que impele à ação e o passado como o que é essencialmente impotente. O que a consciência marca como presente é o instante em que o tempo decorre enquanto o passado é o tempo já

decorrido. O presente real e vivido na percepção presente ocupa uma duração e está tanto além quanto aquém do instante atual.

Assim, o presente é ao mesmo tempo uma percepção do passado imediato (sensação) e uma determinação do futuro imediato (ação ou movimento); é sensório-motor. Ele é a materialidade da própria existência humana, ou seja, um conjunto de sensações e movimentos. No estado atual do corpo consiste a atualidade do presente; este é o corte que a percepção faz no mundo material. O corpo é “um corte incessantemente renovado do devir universal” (BERGSON, 2006, pág. 174). O corpo-imagem imerso no conjunto da matéria-imagem é centro de ação, recebendo influência da matéria e influenciando sobre ela. Ele representa o estado atual do devir, o que se sente durar, o que está em vias de formação. A matéria é extensão no espaço, portanto é um presente que não cessa m recomeçar. Assim:

(...) “meu presente” estende-se ao mesmo tempo sobre meu passado e sobre meu futuro. Sobre meu passado em primeiro lugar, pois “o momento em que falo já está distante de mim”; sobre meu futuro a seguir, pois é sobre o futuro que esse momento está inclinado, é para o futuro que eu tendo (...) (BERGSON, 2006, pág. 161).

A lembrança pura é radicalmente diferente da sensação atual. Ela engendra sensações quando se materializa, mas a fazê-lo, deixa de ser lembrança, de ser virtual para ser vivida, ou seja, sensação capaz de provocar movimentos. A sensação é essencialmente extensiva e localizada no corpo, fonte de movimento enquanto a lembrança pura é inextensiva e impotente. Porém não é porque deixa de pertencer à consciência que deixa de existir. A consciência não significa existência, mas ação real havendo o estado inconsciente, impotente. A consciência “ilumina” os antecedentes imediatos da decisão e todas as lembranças passadas capazes de se organizarem utilmente com eles, deixando o resto em sombra. Assim como o mundo material não deixa de existir se deixo de percebê-lo, o passado não desaparece porque não é percebido. Portanto há realidades objetivas que não se relacionam à consciência que se tem delas e estados de consciência que não possuem realidade objetiva.

Para Bergson, a realidade é extensão, ultrapassando ao infinito a percepção atual. Nesta só parece real o que é presente. Assim, “O mesmo instinto em virtude do

qual abrimos indefinidamente diante de nós o espaço, faz com que fechemos atrás de nós o tempo à medida que ele passa”. (IBIDEM, pág. 169). O espaço conserva as coisas que nele se justapõem e o tempo destrói pouco a pouco os estados que se sucedem nele. Enquanto no espaço, todos os objetos condicionam-se de maneira totalmente determinada e prevista, as lembranças aparecem em ordem “caprichosa”. As lembranças formam uma cadeia, assim, o caráter de cada pessoa é a síntese atual de todos os estados passados e está sempre presente nas decisões atuais. A vida psicológica passada inteira condiciona o presente, sem determiná-lo necessariamente. Enquanto do mundo externo só se percebe uma pequena parte, o homem usa no seu movimento no espaço a totalidade da sua experiência vivida.

Como a consciência atual aceita a cada instante apenas o que lhe é útil e rejeita momentaneamente o supérfluo, só materializa das antigas percepções aquelas que se organizam com a percepção presente para participar de uma decisão. Assim, parece que as lembranças foram destruídas ou só reaparecem de forma descontínua no tempo, mas cada um dos estados psicológicos passados tem uma existência real, mesmo que inconscientemente. Isso se dá pela necessidade que o homem tem de abrir diante de si o espaço e fechar atrás de si a duração. O presente vivido é em grande parte um passado imediato que se inclina para futuro, portanto a percepção mais instantânea já é memória; “Nós só percebemos praticamente o passado, o presente puro sendo o inapreensível avanço do passado a roer o futuro”. (BERGSON, 2006, pág. 176).

Há, portanto, duas memórias diferentes: a do corpo e a do passado. A primeira é fixa no corpo e permite que o homem se adapte ao presente respondendo às ações sofridas ou com reações efetuadas ou com reações nascentes ambas apropriadas à situação que se apresenta. A memória do corpo é mais hábito que memória, pois o organismo extrai da situação presente o que ela tem de útil e armazena a reação em hábito motor para que possa ser repetida em situações do mesmo tipo. A outra memória existe em paralelo à consciência; guarda e alinha os estados psicológicos um depois do outro à medida que eles aparecem. Dá a cada um deles uma posição no passado definitivo.

As duas memórias, a do corpo e a do passado não estão separadas; elas se apóiam mutuamente. A primeira, quase instantânea é a ponta móvel da memória do passado no presente. Esta sugere a partir da experiência passada, dá a possibilidade de as lembranças inconscientes e impotentes se materializarem, de reaparecerem à consciência. A memória puramente contemplativa só vê o particular, os detalhes do

passado, as diferenças entre as imagens conservadas. Já a memória puramente motora só vê a generalidade, as semelhanças entre a situação atual e as já vividas.

A partir desse estudo, Bergson define então o homem equilibrado, de bom senso como aquele que tem uma memória dócil para trazer lembranças que auxiliem na situação presente, mas que resista às lembranças inúteis ou indiferentes. Na “vida normal” as duas correntes, uma da lembrança das diferenças e outra da percepção das semelhanças se entrelaçam, se penetram intimamente. O que ele chama de “eu normal” não se fixa nem em uma nem em outra das posições extremas,

A tendência das lembranças é de se agregar às outras, retornando à unidade indivisa da percepção, à continuidade que foi rompida pelo mover da imagem-corpo na matéria-imagem. A consciência faz um movimento duplo de contração e expansão do seu conteúdo. Na “associação por semelhança” a percepção presente age em função da sua semelhança com percepções passadas e na “associação por contigüidade” ela arrasta consigo percepções antigas reproduzindo suas ações. A percepção se prolonga em reações motoras, mas também se expande em infinitas lembranças possíveis. Assim:

A memória integral responde ao apelo de um estado presente através de dois movimentos simultâneos, um de translação pelo qual ela se dirige por inteiro ao encontro da experiência e se contrai mais ou menos, sem se dividir, em vista da ação, o outro de rotação sobre si mesma, pelo qual se orienta para a situação do momento a fim de apresentar-lhe a face mais útil. (BERGSON, 2006, pág. 198)

Na base da memória toda lembrança está ligada por contigüidade à totalidade dos acontecimentos que a precedem e que a sucedem enquanto que no plano da ação no espaço a contigüidade só provoca a reação que sucede imediatamente uma percepção semelhante anterior. Há sempre lembranças dominantes em volta das quais giram outras lembranças. Localizar uma lembrança no passado é um esforço de expansão da memória que, sempre presente por inteiro em si mesma, amplia a superfície das lembranças e discerne a lembrança procurada dentre as outras.

O espírito percorre sem cessar o intervalo entre os dois limites extremos: o plano da ação e o plano da memória pura, do sonho. O conjunto de sensações e movimentos, intermediados pelo cérebro forma a ponta extrema da vida mental que está sempre

inserida no presente. O corpo, portanto orienta a memória para o real e a liga ao presente. Ele contribui para trazer à consciência a memória útil e para afastar provisoriamente todas as outras memórias. As sensações e movimentos do momento presente condicionam a “atenção à vida”, a adaptação ao presente. Na teoria bergsoniana:

A memória, praticamente inseparável da percepção, intercala o passado no presente, condensa também, numa intuição única, momentos múltiplos da duração, e assim, por sua dupla operação, faz com que de fato percebamos a matéria em nós, enquanto de direito a percebemos nela. (BERGSON, 2006, pág. 77)

4. Memória, identidade e mídia

Neste capítulo o tópico 1 desenvolve o conceito de memória social como construção social e histórica dos discursos e identidades coletivas, o segundo analisa a relação entre memória e história tendo como base a definição de tempo histórico como espaço de experiência e horizonte de expectativas proposta por Koselleck. (KOSELLECK, 2006) No tópico 3 o tema desenvolvido é a relação entre mídia e identidade no contextos da formação das comunidades políticas nacionais modernas e na contemporaneidade.

4.1. Memória e identidade

A memória como dimensão comunicativa é indissociável dos modos de lembrar, esquecer e narrar que são essenciais à construção social e histórica das identidades pessoais, coletivas e ficcionais. Ela integra os fenômenos comunicacionais que fazem parte dos complexos agenciamentos coletivos no social. Esses fenômenos envolvem tanto aspectos da comunicação quanto demais fenômenos heterogêneos que compõem os arranjos de subjetividade, considerando-se esta como um conceito essencialmente social, portanto em aberto e preenchido historicamente. A comunicação constitui-se como um fluxo ininterrupto do qual fazem parte tanto as situações lingüísticas como as extralingüísticas, ou seja, fatores discursivos e não discursivos; portanto os discursos são socialmente engendrados, fruto de uma apreensão reflexiva do mundo, da interação entres os indivíduos e com o meio externo que interpela, enfim, da capacidade de afetar e se deixar afetar no contágio social.

A rememoração social e coletiva é constituída por uma rede discursiva complexa envolvendo ritos, mitos, história, política e psicologia; envolve diversas camadas de representação como arquivos, historiografia, testemunhos oculares, documentários entre tanto outros. Ela é contingente e instável, estando sujeita a reconstruções a partir de novas perspectivas e é negociada no corpo social de crenças, valores, rituais e instituições. Há um diálogo seletivo e em permanente mudança entre passado, presente e projeções de futuro no qual a vontade presente tem impacto inevitável sobre o que e como a sociedade relembra. A memória não é essencialmente pura, completa e transcendente. Ela é afetada pelo esquecimento e negação, recalque e trauma; há assim tanto uma memória voluntária e consciente quanto uma involuntária e inconsciente.

Nessa criação coletiva da memória a fricção entre “lembrar” e “esquecer” é fundamental em um tempo fruído no seu dinamismo. O passado é constantemente revisado pela crítica do presente, modificando-se o entendimento dos acontecimentos, reformulando seus significados e integrando-os ao imaginário historicamente e socialmente construído da nação e às expectativas futuras. Portanto, o que nutre o sentimento de nacionalidade não é só a necessidade de lembrar, mas “a necessidade também urgente de esquecer” nos termos de Anderson. (ANDERSON, 2008) As amnésias coletivas fazem parte das tensões políticas na construção da identidade nacional, da trajetória biográfica da nação com seus ícones históricos e acontecimentos emblemáticos que intensificam o sentimento de pertença a uma mesma comunidade imaginária pela qual é justo e legítimo matar e morrer, e seus heróis e eventos desprestigiados e esquecidos. A historiografia sistemática empregada pelo Estado principalmente através do sistema de ensino público reforça o lembrar/esquecer de episódios da história nacional. Porém às margens do poder institucional do Estado surgem outros modos de pensar a coletividade nacional como, por exemplo, nas manifestações nacionalistas separatistas.

As lembranças passadas pertencem ao campo do imaginário fornecendo individual e coletivamente um sentido de “desenrolar no tempo”, de continuidade entre os infinitos instantes da vida, entre passado e presente que se orienta para o futuro. Ela mantém um sentimento imaginário de identidade ao longo da vida, de conservação do passado diante de uma passagem de tempo que leva à inexorabilidade da morte. O tempo como abstração do pensamento pertence ao campo de simbolização e organização da realidade e sua noção e marcação são construções sociais. Já a pura passagem do tempo em direção ao fim de todas as coisas, independente da sua regulação social pertence ao campo do Real. (KEHL, 2009).

4.2. Memória e história

Na reflexão sobre as formas de construção das narrativas pessoais e coletivas é fundamental a noção de tempo histórico como um dado da cultura, portanto não-natural e mutável. Esta noção supõe a ação política e social, as organizações e instituições humanas desenvolvidas no tempo. Deste modo é possível falar em diversos tempos históricos sobrepostos uns nos outros e da forma como são experimentados e modificados. Koselleck (KOSELLECK, 2006) define o tempo histórico como uma

relação entre passado (experiência) e futuro (expectativa). Cada época enseja um modo específico de relação entre o espaço de experiência passada e o horizonte de expectativas futuras, portanto a história e a memória de uma coletividade devem ser objetos de reflexão teórica apreendidas na sua historicidade.

A experiência incorpora tanto os acontecimentos passados quanto as formas conscientes e inconscientes de comportamento. Ela é composta por tudo o que se pode conservar e transmitir da própria vida e da vida dos outros. A experiência é espacial, pois na sua totalidade os tempos anteriores que a compõem se atualizam simultaneamente, sendo incluídas as possibilidades vividas no comportamento atual. Já a expectativa se realiza no presente, mas está sempre voltada para o que ainda está por vir, para o que pode apenas ser previsto e não experimentado. Ela designa os anseios, os medos, as esperanças quanto a esse porvir, portanto descortina um horizonte de expectativas, um espaço aberto a novas experiências possíveis que excedem a capacidade de predição dos prognósticos porque ainda não são experimentáveis.

A experiência futura não é derivada pura e simplesmente da experiência acumulada, pois novas experiências no presente trazem novas expectativas futuras e sob as experiências já adquiridas podem incidir novas expectativas que as modifiquem. É, portanto, da tensão entre experiência e expectativa que se produzem novas soluções e que se engendra o tempo histórico ao entrelaçar no presente, o passado e o futuro.

A compreensão do tempo histórico como um tempo estático, cíclico, repetitivo percebido como tradição pela sociedade medieval se modifica na Modernidade quando aquele foi adquirindo uma nova qualidade: a temporalização da história e sua aceleração que caracteriza os tempos modernos. O termo história usado no plural, significando múltiplas narrativas particulares, desconectadas entre si e acumuladas pela tradição passa a ser usado no singular, compreendido como a “História” que designa tanto a seqüência coesa dos eventos que constituem o progresso da humanidade como relata as realizações dos homens.

Essa nova compreensão moderna da “história em si”, história universal da humanidade na sua marcha para o progresso abriu um campo de saber sobre o qual incidem teorias políticas e filosóficas que compreendem “o passado, presente e futuro como uma totalidade dotada de sentido previamente definido” (KOSELLECK, 2006, pág. 11). O termo também passa a ser apropriado pelos atores sociais para dar sentido à sua experiência e como instrumento de reivindicação e luta política. Com o conceito de

progresso, muda inteiramente o horizonte de expectativa que passa incluir o movimento, a mudança que se desenvolve no tempo e liberta-se da espera pelo fim do mundo.

O tempo histórico, o modo como ele é percebido, fruído e lembrado coletivamente pelos seus contemporâneos não é, portanto natural e perene. Ele é experimentado pela cultura no interior da transitoriedade histórica, na relação no presente, entre as experiências acumuladas e as expectativas de futuro. A memória social sofre uma profunda mudança nessa perspectiva histórica subjetiva, pois a importância que as testemunhas oculares tinham nas sociedades tradicionais para dar legitimidade às histórias narradas é esquecida e as representações históricas passam a depender das escolhas feitas pelos historiadores no contexto social ao qual pertencem.

A verdade histórica na Modernidade era entendida como mutável, deste modo múltiplas interpretações verdadeiras do mesmo fato conviviam. O olhar sob o passado mudava a partir das experiências adquiridas, então um evento podia ser reinterpretado ao se modificar sua posição na “história em si”, esta que avança ininterruptamente. A temporalização da história significou que ela, no decorrer do tempo e no distanciamento entre aquele que narra e “o que” ele narra muda também no passado, pois este se revelaria em sua verdade. A história “real” torna-se totalmente diferente daquela que os contemporâneos conseguiram ver. Assim:

A “modernidade” [Neuzeit] confere ao passado como um todo uma qualidade de história universal. Com isso, a novidade de uma história que, cada vez que se produz, pensa em si mesma como novo reivindica um direito sempre crescente sobre o conjunto da história. Torna-se evidente que a história, precisamente como história universal, precisa ser continuamente reescrita. (KOSELLECK, 2006, pág. 287)

A profunda diferença entre a experiência passada e a perspectiva de futuro na Modernidade teve o efeito de se fruir o presente como tempo de transição no qual sempre era introduzida a novidade, portanto como um tempo dinâmico onde o choque do novo e do velho tornou-se parte da experiência cotidiana, produzindo sempre expectativas renovadas. Anteriormente aos tempos modernos, apreender o presente era fundamental, pois o passado ia se perdendo com o passar do tempo. As histórias,

entendidas como semelhantes entre si deviam ser registradas como exemplo para as gerações futuras.

Já a partir desse período, os eventos do presente que fluíam aceleradamente só podiam ser compreendidos na estrutura temporal da história, na sua conexão com a história global, pois havia se tornado difícil narrar o próprio tempo em que se vivia. Tornava-se necessário criar sistematizações para ultrapassar a limitada experiência presente e atingir o contexto universal.

Assim, essa concepção linear e homogênea de tempo pensou a história como uma seqüência de eventos constituintes de uma trajetória universal que poderia ser apreendida na sua totalidade a partir de critérios científicos, objetivos e neutros na reconstrução dos seus acontecimentos. A filosofia da história atribuiu ao seu desenvolvimento dinâmico um sentido racional a priori que era o progresso como seu motor essencial. Os eventos históricos tornaram-se, assim, etapas no desenvolvimento de um fim a ser alcançado pela razão, dando à lembrança do passado um caráter reforçador do presente, mostrando o que necessariamente iria acontecer. A leitura da história se dá a partir de convicções já pré-estabelecidas, como se existisse um sentido a priori do percurso histórico que resultaria no final esperado. Assim, os eventos são apenas etapas desse desenvolvimento, desse progresso da idéia até sua possibilidade social e histórica de realização. Qualificava-se o tempo para analisar e dirigir o movimento social e político tanto para a superação das contradições capitalistas quanto para a perpetuação das mesmas.

4.3. Mídia e memória

As narrativas individuais e coletivas são tecidas no transcorrer do tempo, se reconfigurando à medida que novas experiências vão sendo acumuladas no percurso da vida social. Neste contexto de construção coletiva e histórica da memória; de confronto, debate, conciliação e negociação na sociedade com inerentemente plural, a mídia representa um espaço fundamental de construção e negociação da identidade da memória nacional e global, tendo acompanhado os processos de mudanças sociais, políticas, econômicas e técnicas.

O desenvolvimento dos meios de comunicação e a introdução de novas tecnologias comunicacionais na criação, produção e circulação de informação transformaram as possibilidades de interação entre os indivíduos, dos modos de

partilhar as experiências cotidianas no mundo globalizado, de integrá-las às narrativas pessoais e coletivas. A mídia faz a memória ficar mais acessível; ela não transporta a memória pública inocentemente, mas a condiciona na sua própria estrutura. No mundo contemporâneo ela ocupa proporções cada vez maiores da percepção social e política do mundo. Assim, não se pode discutir memória pessoal, geracional ou pública sem considerar a enorme influência das novas tecnologias de mídia.

Na Modernidade, com o surgimento da ideia moderna de “nação” e o desenvolvimento da imprensa engendra-se uma nova forma de produção e transmissão coletiva da memória social. O conceito de nação como uma comunidade política imaginada surgido no século XVIII traz uma nova perspectiva de continuidade, de significado para a contingência da vida do homem desenraizado. A sociedade medieval não pensava a história como uma cadeia sucessiva de causas e efeitos e via o novo como parte de um ciclo onde passado e presente tinham uma relação de continuidade até o advento do fim do mundo. Esse pensamento muda radicalmente com a experiência do tempo na Modernidade que tem extrema relevância, para a estrutura básica do romance e do jornal, formas de criação imaginária que surgiram na Europa do século XVIII (ANDERSON, 2006). Elas forneceram os meios técnicos para dar representação à comunidade imaginada que corresponde à nação.

O capitalismo editorial e o desenvolvimento da imprensa como mercadoria é crucial para a criação de uma ideia totalmente nova de simultaneidade e, portanto, para tornar o conceito de nação popular nas comunidades européias. Nas grandes culturas sacras anteriores à Modernidade, a representação da realidade se dava através do uso comum de uma língua e escrita sagradas. A transmissão da memória, dos valores culturais e religiosos, das concepções de mundo da sociedade para as massas que não sabiam ler ocorria por meio de criações visuais e auditivas, pessoais e particulares. A força interna dessas comunidades foi se esvaindo na Modernidade com o acúmulo de inovações tecnológicas na navegação, na cartografia etc., com a exploração do Novo Mundo América, com a mediação do capitalismo editorial (jornais e romances) tornando-se possível a criação de imagens coletivas a partir da consciência de grupos significativos de pessoas estarem vivendo paralelamente a tantos outros. Assim:

(...) O que torna possível imaginar as novas comunidades, num sentido positivo, foi uma interação mais ou menos casual, porém explosiva, entre um modo de produção e de relações de

produção (o capitalismo), uma tecnologia de comunicação (a imprensa) e a fatalidade da diversidade lingüística humana. (ANDERSON, 2008, pág. 78)

A estrutura do jornal e do romance é uma forma de apresentar a simultaneidade em um “tempo vazio e homogêneo” (BENJAMIN *apud* ANDERSON, 2008), pois as ações neles expostas são executadas ao mesmo tempo por pessoas que não se conhecem, mas que tem profunda confiança de que suas atividades se desenvolvem simultaneamente à dos demais membros da comunidade dispersos pelo território da nação. (IBIDEM) O jornal possui um caráter profundamente ficcional, pois o vínculo entre aos diferentes matérias justapostas nas páginas jornalísticas é imaginado. Os fatos narrados ocorreram independentemente uns dos outros, sem que seus atores se conheçam ou saibam o que os demais estavam fazendo. A inclusão e justaposição dos fatos são arbitrárias, ou seja, um fato de destaque em uma edição é substituído por outro totalmente diferente em outra, o que demonstra esse vínculo ficcional. Sendo o tempo do jornal o “tempo vazio e homogêneo” através do qual a história se movimenta em direção ao futuro, os “personagens” no romance jornalístico continuam existindo mesmo se deixam de ser notícia.

O próprio consumo do jornal, mercadoria fielmente reproduzida em larga escala, uma forma de livro efêmera, obsoleta por natureza é uma cerimônia simultânea de massa quando são distribuídas as suas edições diárias. Apesar de esse ritual realizar-se na privacidade, cada participante dele tem consciência de que ele está sendo repetido ao mesmo tempo pelos demais companheiros que ele sabe que existem apesar de nunca os ter visto. Essa cerimônia, repetida todos os dias do ano pode ser observada nos espaços urbanos, nos bairros, nos meios de transporte etc., portanto sempre reforça “as raízes visíveis do mundo imaginado na vida cotidiana. (...) a ficção se infiltra continua e silenciosa na realidade, criando aquela admirável confiança da comunidade no anonimato que constitui a marca registrada das nações modernas”. (ANDERSON, 2008, pág. 68)

Compartilhando o que se tornou um hábito popular, foram tomando consciência das demais pessoas pertencentes àquele específico campo lingüístico. A cristalização da língua através dos jornais e do formato constante dos livros (capazes de inúmeras reproduções ao longo do tempo) foi garantida pelo capitalismo tipográfico. A idéia de coexistência em um mesmo tempo vazio e homogêneo significava a plena consciência

que se tinha de compartilhar língua, crenças, costumes e tradições com outras sem perspectiva nenhuma de conhecê-las. Com essa interação entre capitalismo, tecnologia e diversidade lingüística foi se cristalizando uma consciência nacional, uma forma de comunidade imaginada com limites intrínsecos e cuja extensão não correspondia perfeitamente às fronteiras política do Estado soberano.

Na Modernidade, a nação estava intimamente relacionada ao domínio do Estado. Ela era o fundamento seguro, confiável e durável, garantida pelas ações políticas do Estado e assegurada coletivamente no sacrifício do bem-estar individual em prol da preservação do bem estar geral. A nação naturaliza a história e a cultura, inspira o sentimento de fazer parte de uma comunidade unida por laços imemoriais aos quais se deve lealdade. Esse pertencimento a uma comunidade imaginada fornecia uma base legítima de unidade e de auto-afirmação coletiva que ganhava uma fundamentação histórica. Na narrativa nacionalista estar integrado a essa unidade simbólica significava um destino, uma vocação e não uma questão de livre-arbítrio ou projeto de vida.

O Estado – Nação se esforçou para manter essa coesão social, suprimindo as comunidades que buscavam uma identidade diferenciada, os costume ou dialetos locais promovendo uma língua unificada. Estabelecia-se um “dentro” e um “fora”, um “nós” e “os outros”, uma possível solidariedade genuína ou não, ou seja, quem pertencia e era semelhante (o que não significa idêntico) e, portanto cidadão com direitos e deveres e quem era diferente e excluído da comunidade. As estratégias nacionais podiam ser tanto antropofágicas, devorando-se simbolicamente os estrangeiros e assimilando suas idiossincrasias, tornando-os, deste modo idênticos às outras células ou “antropoêmica” de isolar, encarcerar em guetos visíveis ou invisíveis de exclusões culturais. (BAUMAN, 2001) O Estado moderno promoveu uma memória histórica nacional através da divulgação e supervisão dos bens culturais que se apoiava na imposição da língua oficial, do ensino escolar público e de um sistema legal unificado.

Na contemporaneidade, as complexas redes sociais da vida urbana globalizada, os fluxos contínuos de produção e circulação de informação em uma temporalidade que se pauta pela imediaticidade, os novos dispositivos de visibilidade, as biotecnologias e os avanços técnicos aplicados às mídias possibilitando novas formas de sociabilidade, a desterritorialização para a mobilidade e troca de bens simbólicos e materiais, o trânsito pelo ambiente virtual, o narcisismo do corpo, a experiência da fragmentação e dos hiperestímulos, do real como multiplicidade de imagens espetacularizadas produzem implicações nas subjetividades contemporâneas, nas suas formas de percepção do

social, de apreensão do presente, de relação com o passado e a memória, dos discursos sobre as experiências individuais e coletivas e de projeções futuras na sociedade informacional

Na Modernidade as identidades nacionais modernas eram definidas a partir de laços de solidariedade entre aqueles que comungavam de uma comunidade imaginada sólida, ao mesmo tempo intrinsecamente limitada e soberana. Ser cidadão era partilhar desse lugar simbólico de pertencimento, o que implicava direitos e deveres em uma ordem legislada. No mundo contemporâneo, as localidades, na sua fixidez e materialidade relacionadas aos Estados-Nação, eixos das experiências e identidades modernas tornam-se insuficiente para conferir sustentabilidade às identidades e narrativas contemporâneas em um mundo globalizado onde pessoas das mais diferentes origens se conectam e trocam informações nos espaços de fluxos virtuais e imateriais da cibernética. As tecnologias da informação no mundo contemporâneo permitem um fluxo de imagens e símbolos que não se prendem a nenhum tipo de representação material, não se conectam ao local e não se vinculam a nenhuma instituição nacional.

A mídia ao mesmo tempo transmite esse pulsar incessante do presente e pelo mesmo movimento cria efeitos de aceleração. Com a informática e as telecomunicações, o campo de ação, de comportamento e comunicação coincide com os sistemas de coleta, registro e distribuição das informações. As tecnologias de comunicação que ampliaram a emissão, o acesso e a distribuição dos conhecimentos são instrumentos de controle e o grau de exposição às mensagens midiáticas mede a socialização ou exclusão simbólica e material dos indivíduos na contemporaneidade. No mundo hiper-real, as imagens tornam indefiníveis os limites entre realidade e ficção, modelo e realidade, imagem e referente, observador e observado; a imagem não é mais representação do real, pois o real agora é imagem.

A experiência em um mundo midiaticizado é cada vez mais perpassada por uma infinidade de materiais simbólicos que trafegam pelas redes globalizadas colocando à disposição dos indivíduos não apenas uma densidade de informações locais, mas novos conhecimentos produzidos em diversas localidades do globo. Nas mídias digitais, a descentralização da emissão de informações ampliou a diversidade, a quantidade e a velocidade de disseminação dos dados em trânsito na sociedade; a instantaneidade do fluxo informacional no ciberespaço permitiu conexão fluida e intensa na virtualidade entre aqueles que trocam de bens simbólicos e materiais. É importante, contudo, ressaltar que esses bens não se encontram distribuídos igualmente na sociedade, assim,

as formas que os indivíduos utilizam para se servir desses recursos na construção das suas narrativas dependem em parte das suas próprias condições materiais de vida. Estas circunscrevem as condições e perspectivas de vida e determinam o campo dos projetos e estratégias individuais, das escolhas e ações reais.

Assim, como afirma Thompson (THOMPSON, 2002) o “self”, projeto simbólico que o indivíduo constrói ativamente com os materiais simbólicos que lhe são disponíveis e com os quais ele tece uma narrativa coerente da própria identidade tornou-se cada vez mais dependente do acesso às formas mediadas de comunicação. Segundo o autor “o desenvolvimento da mídia enriqueceu e acentuou a organização reflexiva do self”, pois os indivíduos se tornaram capazes de usar um extenso campo de recursos simbólicos mediados no contínuo projeto reflexivo de construção da sua narrativa. Com a expansão e trânsito fluido dos recursos disponíveis, os indivíduos se confrontam com novas possibilidades de experiência que possibilitam uma reflexão sobre suas próprias referências, expandindo suas perspectivas de mundo.

Os indivíduos são afetados pelos sistemas simbólicos dominantes, porém constroem criativamente suas estratégias pessoais. Deste modo, não são meros receptáculos dos bens simbólicos midiáticos, mas têm capacidade crítica na apreensão e na sua assimilação desses conteúdos às narrativas pessoais, na construção contínua dos discursos sobre si mesmos e sobre os outros. Um jornal, por exemplo, é lido de diversas maneiras por diferentes comunidades de leitores ou espectadores em função dos seus valores, ideologias, estratégias perceptivas. Assim, é importante salientar que, apesar das estratégias discursivas não estarem explícitas aos leitores ou espectadores, há uma influência recíproca entre produtor e receptor, mesmo que assimétrica em função da imprevisibilidade inerente à interação. Aqueles que “consomem” os fatos noticiosos reelaboram os sentidos das notícias, tem autonomia na apreensão dos bens simbólicos; a significação do jornal é função do contexto cognitivo ou sócio-cultural do processo de interpretação, por isso ela sempre extrapola, transborda qualquer intenção prévia dos veículos de comunicação.

As formas simbólicas mediadas estabelecem e sustentam relações assimétricas de poder. Neutralidade e objetividade são inalcançáveis, pois cada escolha segue sempre critérios subjetivos e se dá a partir de um lugar de enunciação. No caso do jornalismo, esses conceitos são princípios de enunciação que produzem efeitos de “verdade” na relação com o leitor. O jornal apesar de reordenar a experiência social dos cidadãos no agendamento de uma atualidade e um passado relevante a ser lembrado; portanto de um

“mundo” e um “não mundo” se anuncia como imparcial, como uma transparência da exterioridade que seria apreendida na sua essência.

Porém, não há verdade imanente nos objetos que deva ser captada e traduzida em conceitos; todas as etapas do processo de produção e veiculação de matérias jornalísticas consistem em uma escolha criteriosa de aspectos da realidade, trabalhando, orientando e limitando os sentidos possíveis de um acontecimento. Deste modo, nunca a representação ficcional jornalística dá conto da multiplicidade e complexidade da dinâmica da experiência cotidiana. O uso da linguagem na representação de uma determinada prática social a partir de um lugar de fala implica a construção de sentidos, constituição de “verdades”. Os discursos jornalísticos são, portanto práticas sociais que têm papel fundamental na reprodução, manutenção ou transformação das representações das identidades sociais.

A seleção dos fatos noticiosos em meio a gama de acontecimentos sociais se dá em função de interesses políticos, econômicos e sociais através de procedimentos – padrão da cultura jornalística, da própria rotina de trabalho, das editorias, de critérios noticiosos dentre outros modos de recorte e construção de sentidos. A tradição jornalística constitui-se como uma ritualização na produção de “realidades”, marcada por regras culturais, historicamente engendradas. Na mídia contemporânea, os fatos estão antecipadamente inscritos nos rituais midiáticos, antecipados na sua encenação e nas suas conseqüências possíveis. Segundo Stuart Hall (HALL *apud* TRAQUINA, 2005, pág. 86), a mídia faz um “mapa cultural” do mundo social através de noções consensuais sobre o funcionamento da realidade que ajudam a demarcar o que é normal e o que é desviante.

Os critérios noticiosos são enquadramentos reconhecíveis que ajudam nas escolhas dos aspectos da realidade sendo eles novidade, atualidade, morte, desastre, consonância, notoriedade dos atores principais, proximidade cultural, relevância, público, tempo como atualidade ou como gancho em caso de aniversário do acontecimento, o insólito, escassez/excesso, conflito físicos ou simbólicos, infração, escândalo, furo jornalístico entre outros. (TRAQUINA, 2005)

Através dos jornais impressos e virtuais, dos telejornais, de blogs jornalísticos a coletividade acompanha, julga e constrói o cotidiano da nação e do mundo. O mito do jornalismo como retrato da realidade confere uma posição superior, de maior veracidade em relação aos demais discursos midiáticos, portanto conferindo-lhe uma poderosa influência na construção das experiências coletivas. Estar ou não nos discursos

jornalísticos implica em que o fato faça parte ou não do repertório coletivo da realidade cotidiana, conferindo-lhes um poder real e simbólico significativo. Esses discursos assumem assim a posição de principais construtores dos sentidos da realidade social cotidiana.

A objetividade dissimula a construção de sentidos, como no uso do recurso da terceira pessoa para separar o pesquisador do seu objeto como garantia de imparcialidade e verdade produzindo assim um efeito de credibilidade e um posicionamento privilegiado de enunciação dos acontecimentos do mundo. Recursos como fontes, mapas, imagens, testemunhas oculares, especialistas entre outros são utilizados para criar efeitos de verossimilhança que legitimam a informação veiculada. Através de diversas estratégias discursivas os jornais reiteram o seu posicionamento privilegiado no agendamento de uma atualidade e de um passado memorialístico, como um meio eficiente de transmissão do que há de mais significativo nos acontecimentos nacionais e globais presentes e naqueles lembrados.

5. Contemporaneidade e a “síndrome de memória”

Neste capítulo o tópico 1 explorou as novas configurações do poder na contemporaneidade e sua relação com o trânsito fluido e desterritorializado. O tópico 2 centrou-se na relação entre um encurtamento da duração na atualidade e a constituição das experiências e da memória. No tópico 3 foi desenvolvido o tema do desejo de memória relacionado ao imaginário tecnológico.

5.1. Mobilidade e poder

À contemporaneidade foram atribuídas as mais diversas caracterizações como “pós-modernidade”, “modernidade líquida”, “modernidade avançada” entre tantos outros para indicar por vezes uma ruptura significativa com os paradigmas modernos que poderia simbolizar a entrada em um período histórico diferente quanto para assinalar as discontinuidades em relação à Modernidade “pesada”, industrial, disciplinar e territorializada, significando um novo momento da ordem social moderna. Na análise proposta neste trabalho, a dinâmica do mundo contemporâneo é pensada como um acirramento do desencaixe entre tempo e espaço, de aceleração e transitoriedade presentes na constituição da Modernidade, no entanto sob novas formas de organização e administração do poder sobre a vida.

O “espírito moderno” inerentemente transgressivo rebelou-se contra a estagnação, dissolvendo aquilo que persistia no tempo, ou seja, o que resistia ao fluxo inexorável das mudanças e ambições modernas de romper fronteiras de tempo e espaço. Os efeitos da modernidade primeiro se fizeram sentir nas já frágeis instituições tradicionais, nas hierarquias rígidas que circunscreviam o espaço de domínio dos agentes sociais, nos obstáculos às escolhas e ações possíveis do homem liberal, ou seja, à liberdade de ingerência sobre a vida. Isto significou uma crise da autoridade do passado sobre o presente, da memória sobre as ações presentes, do peso e importância da tradição na orientação e definição da vida social, das suas experiências e expectativas.

Esse ímpeto de destruição e renovação significava romper com as velhas raízes e estruturas que aprisionavam a liberdade do indivíduo e colocar no lugar, novas e melhores formas de organização social. O desejo urgente de futuro representava a necessidade de se aprimorar, de aperfeiçoar as imperfeições do passado, de abrir novas

potencialidades, de descobrir ou inventar estruturas e instituições sólidas, confiáveis e duradouras que permitissem prever, calcular e administrar a nova ordem mundial baseada na racionalidade técnica instrumental e que se desenvolvia juntamente com a empresa capitalista. O modelo de produção fordista-taylorista se constituía como modelo epistemológico da experiência da modernidade “pesada” que se baseava na industrialização, acumulação, regulação, mecanização e racionalização em uma ordem mantida pela centralidade do poder, delimitado em fronteiras reconhecíveis e fixas.

No mundo contemporâneo, os padrões, códigos, regras e normas de conduta moral a que os indivíduos tiveram que se conformar e que exigiam um permanente esforço e dedicação pessoal, sacrifício, castração e adiamento das gratificações na “modernidade pesada” se esvaem. As instituições nacionais modernas, referências estáveis para a orientação dos indivíduos são superadas por uma nova natureza de controle, na qual os poderes não são mais efetuados em espaços definidos de confinamento, como a indústria, a escola e a prisão, mas em espaço aberto; dispersos, desterritorializados.

A dinâmica do poder passou das políticas sociais macro de Estado para as políticas de vida no plano individual e privado. O peso da responsabilidade pelo fracasso ou sucesso passa a recair ostensivamente sobre os indivíduos que devem gerenciar bem as informações disponíveis na sociedade para ter uma vida bem sucedida e prolongada, tendo a mídia um papel crucial na produção e divulgação dos saberes produzidos.

O controle em espaço fechado para a reformação das atitudes desviantes, dos comportamentos anormais e incivilizados requeria muito esforço, dispêndio de recursos, atenção e vigilância. No modelo do panóptico, administrar significava responsabilizar-se pelo bem estar do lócus do encarceramento, da sua sobrevivência e do trabalho; implicava a participação ativa no seu cotidiano, requeria presença, enfrentamento constante entre os lados em oposição, entre “ver” e “ser visto”, “vigias” e “confinados”, “dominantes” e “dominados”, entre “disciplinadores” e “disciplinados” entre os que controlavam o tempo e os que eram subordinados aos ritmos impostos pelo poder.

No contexto do capitalismo global, administrar e custear as técnicas de manutenção da ordem social, ou seja, de se responsabilizar por ela é considerado desnecessário, contra-produtivo e ineficiente. Assim, os antigos conflitos identificáveis entre capital/trabalho e a forte presença do Estado na economia se diluem em meio à

nova configuração do poder que evita o embate efetivo e a polarização, que rejeita o confinamento territorial e que se esquivava dos custos de garantir o bem-estar social.

A vigilância não mais isola e imobiliza indivíduos em espaços de confinamento, mas se confunde com o fluxo cotidiano comunicação, de troca de informações. Ela se dá menos na introjeção do olhar do outro, da norma, em uma subjetividade interiorizada, introspectiva e autovigilante e mais como um sistema de coleta, registro, classificação e cruzamento das informações em bancos de dados virtuais no regime de visibilidade. Ela se dá menos sobre corpos esquadrihados, que devem ser corrigidos e reformados e mais sobre dados e rastros no ciberespaço, projetando tendências, preferências, comportamentos, hábitos, interesses dos indivíduos; em simular cenários, futuros e desejos.

A sociedade contemporânea viveria o que Baudrillard (BAUDRILLARD, 1991) chamou de “era da simulação”; uma “agonia dos referenciais fortes”. A simulação suspende a diferença entre “verdadeiro” e “falso”, entre “fato e ficção”, entre “real” e “imaginário”, pois a verdade, a referência deixa de existir pela impossibilidade de uma posição determinada de discurso. A simulação se opõe à representação e sua dialética entre o signo e o real, pois se baseia na equivalência das interpretações; todas são possíveis, mesmo as mais contraditórias, na interseção de todos os modelos.

Na questão da mídia, seria a confusão do “meio” com a mensagem, pelo desaparecimento das estruturas duais, polares de destinador e destinatário. A informação, assim, percorre um ciclo que engloba indistintamente emissores e receptores, não mais identificáveis como tal. É essa circulação do saber, do poder, do discurso que dissolve os pólos, o passivo e o ativo, o centro e periferia, aquele que observa e o que é observado.

A fluidez, a leveza, a mobilidade e a inconstância caracterizam a vida social, política e econômica contemporânea. A capacidade de não se fixar ao espaço e de não prender o tempo, de não se ater às formas fixas, estando sempre propenso à mudança constitui-se como vantagem e poder em uma temporalidade que flui, que foge, que escorre, que transborda, que vaza instantaneamente.

O acesso aos meios mais rápidos de mobilidade, ou seja, transitar de modo leve é na contemporaneidade a principal forma de poder e dominação. A descentralização dos comandos e dos domínios significa que estes não se limitam mais aos espaços fixos dos territórios nacionais, mas fluem instantaneamente através das técnicas eletrônicas de última geração. As decisões políticas que afetam a vida em sociedade, que determinam

onde e em que investir tanto na economia, quanto na cultura e no social são cada vez mais dispersos.

A ordem econômica domina a totalidade da vida humana na medida em que todos os domínios sociais e os valores das relações humanas são penetrados, influenciados e pautados pelos desígnios do capital global, essencialmente amoral que só reconhece sua própria valorização e expansão, à lógica do mercado e do consumo. O desejo pelo faltante, essencialmente em aberto, não – referencial e insaciável é ilusoriamente personificado em novos e avançados objetos de consumo e suas promessas de satisfação imediata, fadados a mais rápida obsolescência.

As sociedades capitalistas complexas se tornaram tão rígidas, afirma Bauman (BAUMAN, 2001) ao ponto de não se conseguir renovar efetivamente a natureza dos seus processos. Por mais livres, radicais e diversas que sejam as estratégias de posicionamento e comportamento subversivos à ordem estabelecida, eles não conseguem se isolar da rigidez e privação da liberdade de escolha no imperativo dos valores econômicos.

A economia e o capital libertam-se progressivamente dos impedimentos políticos, éticos e culturais à sua urgente mobilidade. A desregulamentação, liberalização, flexibilização do trabalho, descontrole dos mercados financeiros, a explosão da especulação imobiliária rompem os aparatos políticos, econômicos e sociais que limitavam a liberdade de escolha, de ação e circulação, acelerando, otimizando e expandindo as trocas, o lucro e os fluxos monetários imateriais. No relativismo e plasticidade do capital são harmonizadas as mais diversas tendências, unificadas no imperativo do consumo. A velocidade de circulação, de reciclagem, de obsolescência dos bens materiais e simbólicos é a fonte do lucro e não mais sua durabilidade e confiabilidade.

Na atualidade, o lema é destruir todas as barreiras possíveis que impeçam o fluxo dos novos e fluidos poderes globais. Redes sociais densas e enraizadas territorialmente são obstáculos a serem superados, desmantelados e fragilizados em proveito da transitoriedade do poder. Ater-se a laços fortes e vínculos territoriais não é mais tão interessante, visto que em outras localidades, novos laços mais vantajosos podem ser estabelecidos. Os vínculos são, portanto sempre frágeis e só se dão pelo tempo suficiente para a satisfação fugaz do lucro.

A incerteza e a ansiedade se infiltram por todos os campos da vida contemporânea, na medida em que não se trata mais de calcular os melhores meios para

se chegar a um fim determinado, a um destino histórico dado como certo, mas escolher e decidir entre todos os riscos conhecidos ou possíveis, quais fins disponíveis devem ser prioritários. Trata-se, portanto de escolher “o que fazer” dentre as infinitas possibilidades e a enorme diversidade de meios. Essa seleção está cada vez mais incumbida aos indivíduos sobre os quais pesa a exigência de saber utilizar da melhor forma possível os meios e as informações à disposição para maximizar seu bem estar. Viver em um mundo de novas e infinitas possibilidades atraentes significa que quase nada é definitivo, duradouro. Nenhuma decisão deve ser uma realidade por muito tempo; é preciso estar sempre aberto à mudança, à transição, a alguma estratégia de vida mais interessante, o que torna indivíduo inseguro, aflito, insaciável e sob constante pressão.

Na sociedade de produção, o controle coercitivo, as leis e normas, as autoridades e instituições tinham caráter moral, distinguindo o certo do errado, o normal do desviante, o próprio do impróprio, moldando e reformando as ações dos indivíduos. Na sociedade de consumo, houve um desmantelamento dessas redes normativas e protetoras que orientavam as ações individuais e coletivas. A responsabilidade pelo sucesso ou fracasso não está mais na sociedade, na negociação entre as questões privadas e públicas no âmbito da Política, mas recai sobre o plano privado; sobre a habilidade, a competência, a atenção e o cuidado que o indivíduo tem consigo e com sua vida.

Assim o erro e a negligência pertencem a ele, enquanto o acerto nunca é garantido por muito tempo, pois ao longo da vida novas escolhas são demandadas. A sociedade é mais do que nunca um agregado de indivíduos “livres” e consumidores, proprietários e responsáveis pelo seu corpo ao quais ela deve fornecer o máximo de meios e informações possíveis para que cada um faça sua escolha e se destaque individualmente. Esse corpo mortal é hoje o lugar onde se depositam as expectativas de continuidade e duração e que por isso deve ser obsessivamente cuidado e defendido.

O indivíduo contemporâneo encontra-se em uma corrida ininterrupta pelo saciamento do seu desejo, em busca de promessas sempre renovadas de satisfação pelo consumo em meio à disponibilidade infinita de objetos atraentes que caem rapidamente em desuso, sendo renovados por outros melhores, mais aperfeiçoados e indispensáveis a uma vida feliz. Como afirma Zizek (ZIZEK e GLYN DALY, 2006) os produtos oferecem “mais” para suprir um “menos”, ou seja, para compensar o fato de que, por definição, nenhuma mercadoria cumpre sua promessa fantástica de plenitude do prazer.

A consciência de se estar em uma corrida que nunca termina alimenta a necessidade de se deslocar velozmente, mantendo esse ciclo vicioso de busca por outros meios, outras opções de consumo de bens materiais e simbólicos, de novas identidades, portanto, daquilo que é necessário para ser mais competente, mais bem sucedido, bonito e saudável. A liberdade de auto - definição se dá então pela liberdade de consumo como aponta Bauman. (BAUMAN, 2001)

O caótico, aquilo que não pode ser controlado se torna insuportável para o homem que busca antecipar o futuro. Vive-se em um presente que se eterniza, no qual as marcas da passagem do tempo, da experiência de duração são cada vez mais reduzidas em prol de uma aceleração do porvir e suas promessas de adiamento da morte, de juventude e saúde prolongadas, de informações cruciais para o melhor gerenciamento da vida possível através das biotecnologias e da engenharia genética. As tecnociências dão vazão à preensão humana de dominar e sujeitar a natureza; esta é pensada como algo que segue mecanismos passíveis de modificação e controle, portanto podendo ser um produto da técnica. Essa articulação dos futuros possíveis com o imaginário tecnológico e seus efeitos no social é tão significativa que os teóricos do pensamento social e filosófico trabalham com uma mudança profunda da própria concepção da condição humana, dos preceitos éticos, de liberdade e dignidade humana iluministas.

5.2. Temporalidade e memória

A experiência na contemporaneidade se torna fugidia; a realidade é sempre incompleta, pois às ações se sucedem outras que escapam a uma compreensão mais significativa e aprofundada. A busca de uma identidade e de uma memória, de algo que propicie um sentimento de continuidade, de permanência em meio à instabilidade, de ressonância do passado no presente constitui-se como uma tentativa de deter ou tornar mais lento ao turbilhão da atualidade, de dar forma ao que é volátil e inconsistente.

Em psicanálise, a temporalidade consiste nas formas de organização e percepção subjetiva do tempo que regulam os ritmos imprimidos às formas de satisfação, de procrastinação e gozo. (KEHL, 2009) O tempo é a condição ontológica do psiquismo, pois a espera subjetiva de satisfação marca a origem do sujeito psíquico, do sujeito do desejo inconsciente. Ele submete a urgência de satisfazer as necessidades que depende da resposta do Outro a uma duração, a uma espera, a um intervalo de tempo vazio. Essa

dimensão temporal permite ao psiquismo representar o objeto faltante como o que não está presente o que significa não representar apenas o que é prazeroso, mas também o desagradável do real. O tempo psíquico institui-se, portanto no intervalo em aberto, na duração que separa o tempo da pulsão e o tempo urgente da demanda do outro. A capacidade de fazer escolhas requer um posicionamento ativo do sujeito de modo que ele se represente no tempo/espço oportuno, se precipitando no vazio em direção ao reencontro com o objeto capaz de remetê-lo à causa do seu desejo.

O conceito de tempo como *kairos*, em grego, momento oportuno, instante decisivo da transformação possível se diferencia do tempo como extensão linear, como *chronos*. Enquanto este é base da concepção de tempo historicista na qual a história e o passado têm identidades intrínsecas, portanto atemporais, o tempo como *kairos* remete aos efeitos do passado no presente como possibilidade de transformação da existência individual e coletiva. (GAGNEBIN, 2009). No sentido bergsoniano, a duração é a continuidade do devir onde cada elemento contém algo daquilo que o precede (o que já não é) e daquilo que o sucede (o que ainda será) através da memória que conserva as lembranças no inconsciente e disponibiliza aquelas úteis à percepção e à ação presentes. É deste modo que o tempo vivido é registrado, que as inúmeras seqüências de instantes vividos se configuram em uma história de vida, em uma experiência.

A duração, essa presença do passado no presente pela memória é fundamental para o sentido imaginário de continuidade da existência, de experiência subjetiva do tempo. Assim, ela é uma condição necessária para a produção do instante oportuno do acontecimento, sem o qual o sujeito conclui precipitadamente e inconseqüentemente, sem uma reflexão e compreensão mais profunda e significativa. É preciso tempo de meditação para que o sujeito possa fazer suas conclusões a partir das experiências vividas na relação subjetiva com as ações dos Outros e assim, se afirmar na sua identidade.

A urgência que a vida social contemporânea imprime à experiência subjetiva do tempo tem conseqüências importantes sobre a relação entre a duração e as escolhas dos indivíduos, na capacidade destes refletirem sobre o vivido e conferirem algum valor à experiência passada. A temporalidade contemporânea caracteriza-se por uma instantaneidade crescente, por um encurtamento da duração, por uma seqüência de instantes que demandam sucessivas respostas por parte dos indivíduos sem a sustentação de um saber vindo da experiência prévia. Deste modo essa temporalidade se constitui como vazia na medida em que não permite a constituição de um laço estreito e

criativo entre presente e passado no qual se conservem lembranças significativas que dêem algum sentido ao vivido.

Cada instante exige uma decisão e promete alguma forma de satisfação imediata em um tempo no qual a mediação tecnológica é primordial. “Aproveitar” a vida está associado à lógica de produção, acumulação e consumo atual, assim, a vivência se dá através de sensações fugazes, percepções e decisões instantâneas em um “eterno presente”. Fruir o tempo da forma mais satisfatória possível é primordial, portanto “perder tempo”, retardar sua passagem, praticar o ócio, por exemplo, são impensáveis quando as demandas do mundo social são cada vez mais apressadas e incisivas. Uma experiência de tempo que seja criativa e prazerosa, que independa dos processos conscientes de cálculo e raciocínio torna-se difícil. Mesmo o lazer deve ser útil, pois o indivíduo é compelido a produzir resultados o tempo todo, o que cria “efeitos de diversão” tornando esse tempo tão cansativo e vazio como o tempo de trabalho.

Na contemporaneidade, a atenção consciente, aquela voltada à ação/reação é a função mais solicitada, ligando o psiquismo ao “eterno presente” fruído como prontidão e antecipação contínua do futuro próximo que se esgota no instante seguinte. Assim, como aponta Maria Rita Kehl (KEHL, 2009), o trabalho psíquico se empobrece ao limitar-se ao tempo da ação orientada pela atenção e vigiada pela consciência, a fim de adaptar os indivíduos aos incessantes estímulos atuais. Em meio à excessiva solicitação do trabalho consciente, a rememoração como atividade psíquica prazerosa na qual há um fluxo de associação entre os estímulos presentes e as experiências passadas é menos requerida, empobrecendo memória.

A obsessão contemporânea com o futuro precipita e acelera o presente, cada vez mais reduzido ao instante veloz. Esse demasiado desejo de futuro significa uma impaciência que lança o indivíduo ao desconhecido por não tolerar a impossibilidade de frear a passagem do tempo. A fuga da incerteza do presente precipita os indivíduos ao porvir como promessa de aperfeiçoamento das técnicas de prolongamento e de melhoria da qualidade de vida. No entanto, essa possibilidade de desfrutar por mais tempo e melhor a vida não tornou o homem mais capaz de fruir a duração, pois vivencia dia a dia o encurtamento do presente e atenção voltada para o futuro como promessa, mas também como angústia de ser deixado para trás.

A sociedade imprime à vida um ritmo e velocidade que diminui o peso do passado não imediato em função da necessidade de responder às exigências do presente empobrecendo a experiência, reduzida ao circuito da produção e consumo que

direcionam a racionalidade dos processos de interação social e desenvolvimento subjetivo.

5.3. A obsessão pela memória

O paradoxo da contemporaneidade, imersa na fugacidade do presente e no imaginário futurista é a obsessão pela memória e o intenso pânico público frente ao esquecimento através de estratégias públicas e privadas de rememoração. Esse aumento explosivo de memória se dá em meio à transitoriedade, à entropia do presente e da possibilidade significativa de amnésia.

Os discursos de memória emergiram com grande vigor em grande parte da cultura ocidental contemporânea, desde o final da década de 70, mas principalmente a partir dos anos 80. Huyssen (HUYSSSEN, 2004) afirma que se a consciência temporal da alta modernidade ocidental era garantir o futuro, então a consciência temporal do fim do século XX é assumir a responsabilidade pelo passado. A partir desse período os estudos sobre a relação entre memória e história nas ciências humanas passaram a considerar esses dois temas como indissociáveis, problematizando a memória a partir da sua inscrição no tempo histórico.

Assim, a história deixou de ocupar o lugar de objetividade absoluta, estruturação e de conceitualização dos eventos históricos a partir de um suposto afastamento da subjetividade na apreensão dos mesmos. A memória particular, antes tida como experiência vivida, integrante do campo dos afetos pessoais torna-se fundamental na compreensão dos fatos históricos, no que foi chamado de “a guinada subjetiva”. (SARLO, 2007), colocando o problema da relação entre relatos de memórias individuais e veracidade histórica.

A dimensão subjetiva, a dos personagens históricos se expande sobre os estudos do passado e sobre os estudos culturais do presente, restaurando, por exemplo, a credibilidade das histórias orais e dos testemunhos. Esta mudança de posicionamento epistemológico se deu em um contexto de “dever de memória”, da necessidade urgente de lembrar, de escavar os destroços de acontecimentos históricos traumáticos do século XX como o fim das ditaduras latino-americanas, a ferida aberta do Holocausto, a dissolução do bloco comunista e a formação de novas nações entre outros em meio a um encurtamento do presente. Há um excesso na cultura memorialística contemporânea, uma obsessão historiográfica na reconstrução dos acontecimentos passados.

Questões sobre memória e esquecimento são preocupações dominantes nos países do leste europeu pós – Cortina de Ferro; nos EUA e Europa na questão do Holocausto; nas políticas do Oriente Médio; na África do Sul pós – apartheid; nos países africanos pós-descolonização e conflitos internos; nas múltiplas e muitas vezes contrastantes memórias políticas de grupos sociais e étnicos que lutam pela sua soberania dentro dos Estados nacionais ou que já conseguiram sua emancipação; na América Latina pós-ditadura.

No Brasil, o debate acerca da abertura dos arquivos da ditadura, da anistia aos presos políticos, da punição dos envolvidos nas torturas e desaparecimento durante esse período está na pauta do dia. Assim também acontece, por exemplo, na Argentina, nas tentativas de criar esferas públicas de memória contra a política de esquecimento dos regimes políticos que se seguiram à ditadura; e também como aponta Beatriz Sarlo (SARLO, 2007) através de uma “guinada subjetiva” que revalorizou os discursos em primeira pessoa, produzindo uma vasta literatura testemunhal acerca das memórias da ditadura, dos laços sociais desfeitos e histórias de vida radicalmente mudadas, auxiliando na instauração de processos penais e condenações.

A noção de “futuros presentes” da cultura modernista do início do século XX desloca-se, portanto para a de “passados presentes”, ou seja, para um desejo de trazer o passado para o presente, de recodificar as apreensões sobre as experiências vividas (HUYSSSEN, 2004). Os intensos discursos de memória atuais constituem-se como um fenômeno público de grandes proporções.

Memória e esquecimento estão indissoluvelmente conectados e na sociedade de consumo contemporânea questões acerca da relação entre esses dois campos surgiram como preocupações dominantes nos discursos públicos, sendo essa relação modificada sob a pressão das novas tecnologias de informação, das políticas midiáticas e do consumismo. O conceito de formação de memórias sociais fechadas e estáveis não é mais adequado à dinâmica midiática e da temporalidade atuais. O tema da rememoração e esquecimento, no entanto, atinge profundamente a identidade ocidental, por mais múltipla e fragmentária que ela seja.

Os discursos memorialísticos contemporâneos não só estão presentes na reflexão sobre o Holocausto como paradigma do genocídio, mas em fenômenos como o boom das modas retrô; a comercialização em massa da nostalgia; a vasta produção de documentários; filmes e literatura memorialística como biografias e romances históricos; a musealização nos espaços públicos e no mito do ciberespaço; a restauração

de antigos centros urbanos; a criação de cidades-museus e de patrimônios nacionais simbólicos; as práticas memorialísticas com o suporte da fotografia e das câmeras de vídeo; as comemorações públicas memoriais; o entretenimento memorialístico, entre outros.

As sociedades ocidentais sofrem de uma “síndrome de memória”, um excesso de lembranças em uma cultura saturada pela mídia e pelas imagens espetacularizadas no que Huyssen (HUYSSSEN, 2004) denomina de “cultura híbrida memorial-midiática”. A mídia replica suas próprias cópias, prolifera imagens, faz circular seus signos, produz cada vez mais informação e menos sentido. Os produtos midiáticos de memória são um sucesso comercial, pois há um fascínio pelo retrô, uma nostalgia estilizada que entra na moda, em uma dinâmica de reciclagem a curto prazo, de entretenimento instantâneo. No hiper-real midiático, há um excesso de informação, uma restituição pela hipersemelhança, pela tentativa de coincidência absoluta com o real como nos filmes de época, nos “remakes originais”, na TV – verdade, nos reality-shows, nos quais o mais banal e insignificante é exaltado, mostrando o real como ele nunca foi, simulando-o com as modificações que forem necessárias.

No mundo contemporâneo, a monumentalidade das criações memorialísticas migra do espaço da cidade para a imagem; do material para o imaterial; dos obeliscos e memoriais modernos para o banco de dados do computador e o ciberespaço. Essa dimensão monumental da memória está hoje miniaturizada nos chips de memória, em uma eletrônica avançada inteiramente dependente dos *bites*. O mito do ciberespaço é o da possibilidade do arquivo total, do acúmulo, organização e cruzamento das milhares de informações que circulam na net através dos bancos de dados e acervos de imagens disponibilizados em uma cultura global unificada eletronicamente.

Quanto mais memória é armazenada em banco de dados, mais o passado é sugado para a órbita do presente, atualizado pelo imediatismo das imagens na tela. Esse imaginário de simultaneidade sugerida pelo imediatismo das imagens cria suas próprias fantasias de onipotência, de superação da barreira espaço/tempo. O sentido de continuidade ou descontinuidade histórica que pressupunha a alteridade entre passado e presente cede lugar à simultaneidade de tempos e espaços prontamente acessíveis no presente.

A transformação da temporalidade na vida contemporânea, do encurtamento da experiência presente é provocada pela mudança na percepção e sensibilidade com os avanços tecnológicos, as mídias digitais e os novos padrões de consumo, trabalho e

mobilidade global. A velocidade das inovações tecnológicas, científicas e culturais na sociedade do consumo produz um volume enorme de produtos e “estilos de vida” que já nascem para serem substituídos, contraindo o presente simultaneamente à expansão da memória do computador e dos discursos sobre a memória pública.

Há tanto excesso quanto escassez de presença, expansão e compressão do presente, pois é possível dispor de uma quantidade cada vez maior de informações, expandindo as referências e horizontes possíveis, mas ao mesmo tempo esse presente se contrai pela velocidade da nossa experiência de tempo. A memória pessoal e cultural é afetada por esse processo de aceleração dos ritmos de produção e compartilhamento das imagens e das informações nas mídias digitais. Essa velocidade supera as barreiras espaciais e as distâncias temporais, alterando os mecanismos de percepção.

A contemporaneidade caracteriza-se pela centralidade da memória e da musealização o que pode indicar uma tentativa de construir uma proteção contra a obsolescência e a amnésia, de combater a ansiedade provocada pelas aceleradas mudanças e o contínuo encolhimento dos horizontes temporais e espaciais. Perpassando o fascínio pela memória e pelo passado pode estar o desejo de se ancorar, de permanecer, de garantir alguma continuidade no tempo, de “estender” o presente frente à instabilidade, fragmentação, e compressão do espaço/tempo na experiência contemporânea. Assim:

Quanto mais nos pedem para lembrar no rastro da explosão de informação e comercialização da memória, mais nos sentimos no perigo do esquecimento e mais forte é a necessidade de esquecer (HUYSSSEN, 2004, pág. 20)

6. Conclusão

A memória coletiva como prática social é fundamental para o enraizamento e fortalecimento dos laços culturais fornecendo um sentido de continuidade, de conservação e permanência no transcorrer do tempo. Na formação de narrativas pela mediação lingüística os acontecimentos históricos nacionais e globais são inscritos nas memórias coletivas, estas socialmente e politicamente engendradas. Pertencer a grupos sociais portadores de uma memória significa compartilhar as experiências coletivas e individuais sendo afetado pelo passado e afetando-o continuamente na relação entre presente e o campo de possibilidades futuras.

A memória tanto individual como coletiva constitui-se necessariamente como uma interação entre lembrar e esquecer. A questão da memória e do esquecimento como uma constante tensão entre passado, presente e futuro é central para uma compreensão mais densa e crítica da nossa atualidade. É na análise dos modos como as sociedades dialogam permanentemente com as experiências passadas, lembrando-as, esquecendo-as, renegando-as ou silenciando-as que se pode lançar luz sobre os acontecimentos presentes e sobre as expectativas de futuro sempre renovadas no corpo social.

Entre as experiências moderna e contemporânea de tempo e sua relação com a memória é possível estabelecer aproximações sem, contudo deixar de estar atento às simplificações que podem empobrecer as especificidades de cada conjuntura histórica. Simultâneo ao desejo de soterrar a tradição, de fundar um presente sempre renovado e de um futuro como promessa de aperfeiçoamento e superação das limitações ao conhecimento e controle humano tanto na Modernidade quanto no mundo contemporâneo pôde ser observado uma profunda ligação com o passado, um anseio de permanência, de continuidade, de registro das experiências vividas em meio à instabilidade de um tempo que continuamente se acelera como no desenvolvimento de tecnologias de memória desde a fotografia até o banco de dados do computador; de museus e bibliotecas como no século XIX até a monumentalidade dos chips de memória atuais.

Entre as discontinuidades, pode-se destacar a questão da constituição das identidades e sua implicação sobre a memória social. Na modernidade, a formação das identidades estava atrelada às instituições nacionais que as modelavam como a escola, a família, o exército, a prisão em um regime de controle disciplinar de caráter moral. O sentimento de pertencimento a uma comunidade política imaginada circunscrita nos

territórios dos Estados-nação criava raízes profundas no compartilhamento de um passado imemorial que dava continuidade e sentido à experiência humana. A memória nacional, na dicotomia entre lembrar e esquecer ia ganhando seus contornos nos mitos fundadores, nas utopias patrióticas e na construção de espaços públicos memorialísticos como os monumentos com o auxílio do capitalismo editorial (romances e jornais).

Na contemporaneidade, o tema da rememoração/esquecimento está intimamente relacionado aos desenvolvimentos tecnológicos e midiáticos que permitiram uma mobilidade global e quase instantânea de poderes e saberes através dos fluxos imateriais da cibernética. As localidades e as instituições nacionais relacionadas a um espaço fixo e material não são mais os eixos das experiências, da formação das identidades e das memórias sociais como na modernidade “pesada”. Nas complexas redes sociais urbanas globalizadas, surgem novos arranjos de subjetividade, novas formas de sociabilidade, de interação entre os indivíduos das mais distantes e diversas origens partilhando dados e experiências através das tecnologias comunicacionais, modificando-se assim a constituição das narrativas individuais e coletivas na sociedade informacional.

Na relação entre memória e imaginário tecnológico, na simulação de futuros a obsessão contemporânea pelo armazenamento e processamento total de dados no espaço virtual não se dá apenas, por exemplo, no projeto de biblioteca virtual do site de busca Google que disponibilizaria em formato digital milhares de livros em uma parceria com universidades e bibliotecas. Um projeto ambicioso chamado “MyLifeBits” desenvolvido desde 1998 pela Microsoft Research se autoproclama uma revolução tecnológica (“total recall revolution”) inevitável que irá transformar o modo como os homens pensam sobre o significado de suas vidas pela possibilidade de lembrar “tudo”.

Neste projeto de memória digital (“e- memory”), seus idealizadores Gordon Bell e Jim Gemmell têm como objetivo gravar e armazenar digitalmente o máximo de informações possíveis das suas vidas sendo eles artigos, livros, fotos, cartas, vídeos caseiros, música, ligações telefônicas, emails, mensagens instantâneas, páginas visitadas na internet, atividades diárias captadas por uma câmera acoplada ao corpo, batimentos cardíacos etc. e permitir o acesso digital instantâneo a todas essas informações. Eles chegam a supor que no futuro será possível receber conselhos de vida do avatar dos familiares, por exemplo, a partir do acúmulo das informações digitais dos mesmos. Isto pode significar uma profunda mudança na concepção moderna de memória e percepção sediadas na temporalidade do corpo e na sua interação com outros corpos no espaço social.

A memória configura-se, portanto como um objeto teórico complexo e em contínua transformação suscitando novas questões e formulações nas ciências sociais. Neste trabalho de monografia não pretendi oferecer respostas conclusivas sobre o assunto, mas apenas traçar possíveis linhas de mapeamento para um estudo interdisciplinar da memória através do estreitamento de laços entre as diferentes áreas de saber das ciências humanas e pretendo continuar a desenvolver esta pesquisa sobre a relação entre memória, história e mídia em futuros trabalhos acadêmicos.

7. Referências Bibliográficas

Livros, artigos e teses.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem a difusão do nacionalismo*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BAUDELAIRE, Charles. “Sobre a Modernidade: o pintor da vida moderna”. In: COELHO, Teixeira (org.). *Charles Baudelaire*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e Simulações*. Tradução: Maria João da Costa Pereira. Lisboa: Relógio D’água, 1991.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

BELL, Gordon; GEMMEL, Jim. *O futuro da memória: total recall*. Tradutor: Ricardo Bastos Vieira. São Paulo: Campus, 2009

BERGSON, Henri. *Matéria e Memória: Ensaio sobre a relação entre do corpo com o espírito*. Tradução: Paulo Neves, São Paulo, 2006

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é Sólido se Desmancha no Ar: A aventura da modernidade*. Tradução: Carlos Felipe Moisés e Ana Maria Loriatti. São Paulo: Schwarz, 1986.

CAIAFA, Janice. *Aventura das Cidades: ensaios e etnografias*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CRARY, Jonathan. *Techniques of the observer: on vision and modernity in the nineteenth century*. Cambridge/Massachusetts: MIT Press, 1992.

DALY, Glyn; ZIZEK, Slavoj. *Arriscar o Impossível: Conversas com Zizek*. Tradução Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. “Direito de morte e poder sobre a vida”. In: *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução: J.A.Guilhon e Maria Tereza da Costa Albuquerque. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FOUCAULT, Michel. “O que é o Iluminismo?”. In: ESCOBAR, Carlos Henrique. *Dossier Foucault. Últimas entrevistas*. Rio de Janeiro: Taurus, 1984.

FOUCAULT, Michel. “Outros Espaços”. In: MOTTA, Manuel Barros da (org). *Michel Foucault. Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Ditos e Escritos v.3. Tradução: Inês Autran Dourado Barbosa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GAGNEBIN, Jean Marie. “Walter Benjamin: Memória, história e narrativa”. In: *Mente e Cérebro & Filosofia*, Pinheiros, São Paulo, n.7, p.58-67, 2009.

GIDDENS, Anthony. *Conseqüências da Modernidade*. Tradução: Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

GUNNING, Tom. “O retrato do corpo humano: a fotografia, os detetives e os primórdios do cinema” In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. (organizadores). *O Cinema e a invenção da vida moderna*. Tradução: Regina Thompson. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2001.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória: Arquitetura, monumentos, mídia*. Tradução: Sérgio Alcides. 2ª ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

KEHL, Maria Rita. *O Tempo e o Cão: A atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução: Carlos Almeida Pereira e Wilma Patrícias Maas. Rio de Janeiro: Editora PUC - Rio, 2006.

PALHARES, Taísa. “Benjamin: experiência e vivência. Arqueologia da modernidade e perda da aura”. In: *Mente, Cérebro e Filosofia*, Pinheiros, SP, n.7, pág. 76-82, 2009.

SAINT CLAIR, Ericson Telles; TUCHERMAN, Ieda. “O corpo transparente: dispositivos de visibilidade e mutações do olhar”. In: *INTEXTO*, Porto Alegre: UFRGS, v.2, n 19, p.1-17, julho/dezembro 2008.

SAINT CLAIR, Ericson Telles. *Por um contágio da diferença: contribuições do olhar de Gabriel Tarde para a teoria da comunicação*. Niterói, RJ, 2007.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução: Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. “O Enigma pós-moderno”. In: OLALQUIAGA, M.C.; OLIVEIRA, R.C. de; PEIXOTO, N.B.; SANTOS, J.F. de; SEVCENKO, N. (organizadores). *Pós-modernidade*. 5ª ed. São Paulo: UNICAMP, 1995.

SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida mental”. In: VELHO, Otávio Guilherme. *O fenômeno urbano*. Tradução: Sérgio Marques dos Reis. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Tradução: Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo. Volume II: A tribo jornalística- uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis, SC: Insular, 2005

